



"QUANTOS MAIS VÃO PRECISAR
MORRER PARA QUE ESSA
GUERRA AOS POBRES ACABE?"
MARIELLE FRANCO

Simpório Mulher



DIRETORIA COLEGIADA DO SINPRO - TRIÊNIO 2016-2019

Secretaria de Administração e Patrimônio

Carlos Cirane Nascimento – Coordenador
Carlos de Souza Maciel
Nilza Cristina G. dos Santos

Secretaria de Assuntos dos Aposentados

Silvia Canabrava de O. Paula – Coordenadora
Marilange da Silva Vianna
Delzair Amancio da Silva

Secretaria de Assuntos Culturais

Thaís Romanelli Leite – Coordenadora
Eliceuda Silva de França
Ticho Lavenere

Secretaria de Assuntos Jurídicos Trabalhistas e Socioeconômicos

Dimas da Rocha Santos – Coordenador
Cássio de Oliveira Campos (*In Memoriam*)
Ibson Veloso Bernardo
Francisco de Assis S. Lima

Secretaria de Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras

Vilmara Pereira do Carmo – Coordenadora
Maria Goretti Oliveira Cunha
Ruth Oliveira Tavares Brochado

Secretaria de Finanças

Rosilene Corrêa Lima – Coordenadora
Bernardo Fernandes Távora
Maria Cristina Sant'Ana Cardoso

Secretaria de Formação Sindical

Luciana Custódio de Castro – Coordenadora
Jairo Mendonça
Magnete Barbosa Guimarães (Meg)

Secretaria de Imprensa e Divulgação

Cláudio Antunes Correia – Coordenador
Cleber Ribeiro Soares
Samuel Fernandes da Silva

Secretaria de Raça e Sexualidade

Elbia Pires de Almeida – Coordenadora
Letícia Vieira Montandon
Jucimeire Barbosa da Silva

Secretaria de Saúde do Trabalhador

Manoel Alves da Silva Filho – Coordenador
Gilza Lúcia Camilo Ricardo
Alberto de Oiveira Ribeiro

Secretaria de Organização e Informática

Julio Barros – Coordenador
Luciano Matos de Souza
Solange Buosi

Secretaria de Política Educacional

Berenice Darc Jacinto – Coordenadora
Anderson de Oliveira Correa
Regina Célia T. Pinheiro

Secretaria de Políticas Sociais

Gabriel Magno Pereira Cruz – Coordenador
Hamilton da Silva Caiana
Yuri Soares Franco

CONSELHO FISCAL

Enóquio Sousa Rocha
Jailson Pereira Sousa
Joana Darc Ferreira Soares
Joana Brito M. Rodrigues
Misael dos Santos Barret

A sexta edição da **Revista Sinpro Mulher** chega até você em um momento muito especial. Afinal, trata-se do período em que nosso sindicato completa 40 anos e, a Secretária de Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras, 12. Uma história de muitas lutas, conquistas e resistência. Uma trajetória a ser contada por muita gente que batalha, diariamente, nas salas de aula, nos ambientes escolares e nas ruas quando a ação coletiva convoca.

Numa conjuntura tão desafiadora, com a educação sob constantes ataques, com os(as) educadores(as) e orientadores(as) tendo sua autonomia e seus direitos sob ameaças, o cenário reforça o papel fundamental do nosso sindicato para atuar e lutar contra os retrocessos, em especial, os que atingem as mulheres.

Nesta edição, trazemos para o centro do debate os ataques aos direitos do povo brasileiro, com destaque para as lutas da bancada feminina no Congresso Nacional, o impacto da eleição de Jair Bolsonaro e Ibaneis Rocha na luta feminista, o aumento da violência contra as mulheres, principalmente, o número assustador de feminicídios e as polêmicas iniciativas do debate sobre a educação no Distrito Federal: como a militarização das escolas e a autonomia das(dos) professoras(es), em vias de ser subordinada a policiais militares.

A palavra de ordem é RESISTIR.

Nesse contexto, um tema que requer atenção extrema é a batalha contra a reforma da Previdência. As mulheres, especialmente as professoras, estão entre as mais prejudicadas na proposta em tramitação na Câmara dos Deputados, e, dificilmente, poderão se aposentar caso a proposta seja aprovada.

No campo da saúde, **Sinpro Mulher** publica uma pesquisa sobre a cultura antidepressiva, um mecanismo que silencia as mulheres. Outra reportagem mostra que o Brasil é o quinto pior país do mundo para as mulheres viverem.

Aproveite a leitura! É hora de ninguém soltar a mão de ninguém!

Vilmara Pereira do Carmo
Coordenadora da Secretaria para
Assuntos e Políticas para
Mulheres Educadoras do Sinpro-DF



5 <small>Representatividade</small> Casas Legislativas têm aumento do conservadorismo	18 <small>História</small> Brasil: uma trajetória de golpes e contragolpes	31 Por que ceder para a polícia minha competência de professora?	42 <small>Fake news</small> A era da pós-verdade, <i>fake news</i> e esvaziamento dos discursos
7 <small>Oposição</small> As lutas da bancada feminina no Congresso Nacional	21 "Quem matou Marielle?"	33 <small>Feminicídio</small> Denuncie. Não se cale!	44 <small>Pesquisa</small> Cultura antidepressiva: um mecanismo de silenciamento das mulheres
10 <small>Estado laico</small> Resistir ao fundamentalismo é defender a cidadania e a pluralidade	28 Damares é a cara deste governo	34 <small>Violência</small> Brasil é o 5º pior país para as mulheres viverem	47 A literatura infantil e a consolidação do patriarcado
15 <small>Eleições</small> Impacto da eleição de Bolsonaro e Ibaneis na luta feminista e na educação	29 <small>Militarização</small> Intervenção militar e terceirização da educação	40 Sinpro-DF: 40 anos de luta em defesa das mulheres	48 <small>Linguagem</small> Você conhece os mais novos dialetos e expressões linguísticas?

EXPEDIENTE

Coordenação editorial:
Secretaria de Mulheres Educadoras
 Vilmara Carmo, Ruth Brochado e
 Goretti Cunha
Secretaria de Imprensa:
 Cláudio Antunes, Cleber Soares e

Samuel Fernandes
Coordenação de reportagem, texto final e edição: Carla Lisboa
Reportagem: Carla Lisboa, Leidiane Souza, Luis Ricardo Machado e Ribamar Martins

Projeto gráfico e diagramação e capa: Samuel de Paula
Fotografias: Deva Garcia, ECOM, Arquivo Sinpro-DF e Mídia Ninja.
Tiragem: 25.000 exemplares
Impressão: Palavra Comunicação

Representatividade

Casas Legislativas têm aumento do conservadorismo

Apesar da composição do Poder Legislativo ter sido renovada em mais de 60% nas eleições de 2018, a CLDF, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal mantêm perfil conservador, fundamentalista e baixa participação feminina

Por Luis Ricardo Machado

O novo perfil do Poder Legislativo no Distrito Federal e no país – Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Câmara dos Deputados e Senado Federal – mostra grande renovação de partidos e nomes, contudo, revela também que, apesar das mudanças, mantém as características conservadoras da legislatura anterior.

As eleições gerais, no dia 7 de outubro de 2018, renovaram em 52% a Câmara dos Deputados e, 85%, o Senado Federal, mas, um levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) indica que o

novo Congresso Nacional será mais liberal na economia, mais conservador nos costumes e mais atrasado em relação aos direitos humanos e ao meio ambiente do que a gestão anterior. Organizado em torno de bancadas informais, tudo indica que será o mais conservador desde a redemocratização do país, nos anos 1980.

A previsão vai ao encontro da composição das Casas, que mantém um cenário político sob a lógica do patriarcado, em que a mulher é deixada em segundo plano. Diante disso, mesmo tendo os melhores projetos de lei para as lutas sociais, trabalhistas, por respeito às pautas femininas e de leis direcionadas às mulheres, a bancada feminina e seus



Meg Guimarães, diretora do Sinpro-DF e vice-presidenta da CUT BSB, na Semana Pedagógica, em 18/2/19, sobre gestão democrática na conjuntura de militarização

projetos tendem a ser suprimidos pela agenda econômica, empresarial e liberalizante da bancada masculina. Pautas, como a limitação dos direitos civis e humanos, a redução da presença do Estado na economia e a abertura econômica, que eram a tônica da última legislatura, deverão ser mantida.

A nova composição das Casas Legislativas mostra que a bancada feminina no Senado diminuiu em 2019. Até 2018, eram 13 senadoras, mas apenas quatro ainda terão mandato a partir deste ano, o que reduziu o número de senadoras para 12.

Oito senadoras assumiram os mandatos em 2019: sete eleitas e uma suplente, Mailza Gomes (PP-AC). A Câmara dos Deputados, por sua vez, aumentou o número de mulheres de 51 para 77 deputadas, mas mantém um abismo na paridade de gênero, uma vez que a nova legislatura tem 462 deputados.

MULHERES NA POLÍTICA – Na democracia brasileira, mais da metade da população está sub-representada. As mulheres ocupam somente 10% das cadeiras no Congresso Nacional. Ou seja, as mulheres são 52% da população e apenas 10% do Congresso Nacional.

Um levantamento da Inter-Parliamentary Union (IPU ou União Interparlamentar – UIP, em português) — uma organização internacional dos Parlamentos dos Estados soberanos, cujo objetivo é mediar os contatos multilaterais dos(as) parlamentares – indica que o Brasil ocupa o 152º lugar no *ranking* mundial de participação das mulheres no Parlamento federal.

Essa representação é ainda mais baixa para a população negra e os povos indígenas. Se a pluralidade das pessoas de uma sociedade não está representada nos locais em que se propõem, se discutem temas de interesse social e local, em que se deveriam aprovar propostas para o bem-estar comum, fica fácil compreender o porquê das demandas não estarem sendo consideradas e materializadas.

Em um estudo publicado pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA),

dados mostram que a democracia para as mulheres nunca foi substantiva e não é vista como um direito das pessoas negras, dos povos indígenas e para a classe que vive do próprio trabalho: a classe trabalhadora.

“Nós, mulheres, vivemos a participação política como uma luta de resistência. Insistimos em ser sujeitos de nossas próprias vidas e não queremos entregar nosso destino na mão de representantes. Por isso, nos organizamos em movimentos sociais e lutamos por direitos. Mas vivemos em um Estado e queremos que ele seja um Estado democrático de direito. Daí precisamos denunciar as interdições que o sistema patriarcal, capitalista e racista impõe à nossa participação”, indica o documento.

AS CONQUISTAS DA BANCADA FEMININA – Apesar da desigualdade numérica, a bancada feminina tem conquistado avanços ao longo das últimas legislaturas, fruto da luta de todas as mulheres. Uma dessas vitórias foi os 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) – R\$ 1,7 bilhão foi o valor estimado para o FEFC em 2018 – e 30% do tempo de TV e propaganda eleitoral.

O FEFC passou a ser composto por 30% das emendas de bancadas de deputadas(os) e senadoras(es) e pela renúncia fiscal economizada com fim da propaganda partidária em rádio e TV. Essa renúncia significa o fim do tempo de propaganda partidária, o que seria mais uma medida para discussão da promoção política das mulheres, bem como de outros sujeitos políticos excluídos do poder.

“Apesar dessa ressalva, é um avanço importante, pois hoje somos 10% das eleitas e as regras nos autorizavam a acessar apenas 5% dos recursos do fundo partidário para a promoção da participação política feminina. E mesmo sendo maioria do eleitorado e demandando paridade, os partidos políticos já estão impondo resistências a obedecer à nova regra”, afirma Meg Guimarães, diretora de Formação Sindical do Sinpro-DF e vice-presidenta da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em Brasília.

Oposição

As lutas da bancada feminina no Congresso Nacional

Apesar do aumento da representatividade feminina na Câmara dos Deputados, o número de mulheres é insuficiente para alavancar a maioria das pautas

Por Luis Ricardo Machado

A oposição feminina na Câmara dos Deputados está se organizando para os novos desafios impostos pelas eleições de 2018. Para a cientista política, Joyce Luz, existem possibilidades de fortalecimento de uma oposição feminina, principalmente, na defesa de pautas relacionadas ao direito das mulheres e da igualdade de gênero.

“Não se pode afirmar que essas 77 mulheres abraçam a pauta feminista. Algumas já declararam que não vão carregar essas pautas, mas seria importante para agendar esses temas e aumentar o poder de convencimento junto aos deputados e senadores”, pondera.

Apesar do aumento da representatividade feminina na Câmara dos Deputados, o número é insuficiente para alavancar a maioria das pautas de interesse das mulheres.

Entretanto, para se aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), por sua vez, é preciso ter o apoio de três quintos dos(as) deputados(as), um total de 308 votos. Com isso, as pautas específicas para as mulheres ficam comprometidas e até mesmo impedidas de avançarem.

LUTAS DA BANCADA FEMININA – “Entre os principais pleitos da bancada feminina,

podemos citar o combate à violência contra as mulheres, com a ampliação da rede de proteção prevista na Lei Maria da Penha; o incremento da representação das mulheres nas instâncias decisórias; e a reforma política com paridade entre os gêneros”, elenca Luciana Custódio de Castro, diretora de Formação Sindical do Sinpro-DF.

Ela diz que, juntamente com essas pautas estão a Lei da Mordaza; os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres; a PEC 181; a pauta das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queers, Intersexos e Assexuais (LGBTQTQIA); e a redução da maioridade penal.



Luciana Custódio, coordenadora do Formação Sindical do Sinpro-DF, defende o aumento da representação das mulheres



A deputada federal Érika Kokay (PT-DF) diz que o país tem uma representação feminina no Congresso Nacional que tem de ser encarada como fruto de uma sociedade sexista, machista, da dupla e da tripla jornada e de uma construção de gênero que reserva às mulheres os espaços na esfera doméstica e não os espaços públicos e de poder:

“É um percentual que temos de representação feminina na Câmara dos Deputados que se equivale ao menor percentual do que temos de representação feminina nos países em que as mulheres usam burca. É preciso, portanto, que nós tenhamos clareza de nossas burcas e mordças, mas não é só isso: Simone de Beauvoir tem razão ao dizer que não basta ser mulher, é preciso fazer dos mandatos femininos instrumentos de construção de equidade de gênero”, afirma a deputada.

Ela diz que, no Congresso Nacional brasileiro, parte das parlamentares eleitas em 2018 atua em função de dinastias, dos sobrenomes, e não pela sua própria construção de luta política e, outra parte das mulheres eleitas, que segue de forma, absolutamente, subalternizada à lógica de um governo, como o governo Bolsonaro, que é misógino, sexista e machista.

“Portanto, parte da bancada feminina da Câmara dos Deputados foi eleita com

Deputada Érika Kokay diz que não basta ser mulher. Tem de ser parlamentar que combata a masculinidade tóxica

o discurso de ódio, seguindo, tal qual ventríloquas ou sabujas, à lógica de um governo misógino. Então, não basta ser mulher. Nós crescemos na representação feminina, mas é preciso que cresçamos na perspectiva de termos uma bancada feminina que lute pela equidade de gênero, que enfrente a masculinidade tóxica e não reproduza essa masculinidade tóxica como é parte da bancada de mulheres eleitas para esta legislatura”, analisa Érika Kokay.

CAMPO PROGRESSISTA – A deputada federal Talíria Petrone (PSOL-RJ), uma das parlamentares declaradamente feministas e eleitas para a 56ª Legislatura (2019-2023), diz que, além disso, “também tem um conjunto de pautas que fazem parte de um campo mais progressista, que a gente entende que vai ter um reduzido número de mulheres que topem. Das 77 eleitas, a gente entende que, talvez, metade encampe essas pautas mais progressistas”.

MAIS PODER PARA AS MULHERES – O Brasil, a exemplo de outras nações, apresenta um atraso econômico, social e cultural sob o prisma do movimento feminino, fato que só nos últimos anos vem sendo enfrentado.



Nilza Cristina, diretora do Sinpro-DF, defende mais espaço de poder e a união das mulheres

Apesar dos avanços, as mulheres ainda ganham menos do que os homens no mercado de trabalho, têm menos acesso a cargos de chefia e muitas ainda sofrem violência doméstica. Mas há fatores institucionais que colaboram para a manutenção dessa assimetria feminina em cargos eletivos.

Um deles é a estrutura de poder dos partidos políticos brasileiros, historicamente comandados por homens. Dessa forma, as cúpulas partidárias distribuem as verbas reproduzindo as práticas discriminatórias e contra a mulher na sociedade. Diante disso, o Brasil precisa adotar medidas corajosas para estimular a competitividade das mulheres nas eleições.

Nilza Cristina Gomes dos Santos, diretora de Administração e Patrimônio do Sinpro-DF e

secretária de Formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) Brasília, diz que duas frentes devem ser defendidas pelas mulheres: mais espaço nos ambientes de poder e a união das mulheres pela aprovação e a criação de leis e projetos de lei, diretamente, ligados à luta feminina.

“O atual cenário político ainda mostra um abismo gigantesco entre homens e mulheres, o que reflete diretamente nas pautas de luta de nós, mulheres. Enquanto não tivermos uma bancada grande, que possa fazer frente ao patriarcado machista na política brasileira, nossas pautas serão engolidas por outras prioridades e continuaremos sendo deixadas para trás. Avançamos, mas ainda é preciso avançar mais para que tenhamos o espaço que merecemos na política e na sociedade”, finaliza.

PERFIL DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL (CLDF)

Arlete Sampaio (PT) – Médica sanitarista formada pela Universidade de Brasília (UnB) com mais de 40 anos de atuação na política, é autora de diversas leis, como o Código de Saúde do Distrito Federal,

defende o Sistema Único de Saúde (SUS) e a pauta das mulheres.

Júlia Lucy (Novo) – Mineira, cientista política formada pela UnB, assume seu primeiro mandato eletivo.

Telma Rufino (PROS) – Brasiliense, a deputada distrital foi eleita para o segundo mandato na CLDF.

BANCADA FEMININA DO DF NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Bia Kicis (PSL) – Advogada, foi eleita para seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados.

uma das principais defensoras da pauta feminista na Câmara dos Deputados.

Paula Belmonte (PPS) – Eleita pela primeira vez a deputada federal, a empresária se comprometeu em votar contra o Escola sem Partido numa reunião no Sinpro-DF.

para primeiro mandato na Câmara dos Deputados, se comprometeu em votar contra o Escola sem Partido numa reunião no Sinpro-DF.

Érika Kokay (PT) – Bancária, eleita para seu terceiro mandato para deputada federal. É autora de 1.576 projetos de lei e outras proposições legislativas. É

Flávia Arruda (PR) – Eleita

Celina Leão (PP) – Foi deputada distrital e presidente na CLDF. Eleita para primeiro mandato na Câmara dos Deputados.

BANCADA FEMININA NO SENADO FEDERAL

Leila do Vôlei (PSB) – Atleta, é a primeira mulher eleita para o Senado pelo Distrito Federal.

Estado laico

Resistir ao fundamentalismo é defender a cidadania e a pluralidade

“É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias. [...] É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, [...] e/ou manter com eles e seus representantes relações de dependência ou aliança”.

Por Leidiane Souza

Os artigos constitucionais citados na abertura da matéria foram introduzidos na Constituição Federal (CF) de 1988 que teve o objetivo de assegurar a neutralidade religiosa do Estado.

A Carta Magna visa a assegurar à população, dentre outros direitos fundamentais, sociais, políticos, etc., a liberdade de crença e de culto. Essa liberdade está prevista nos artigos 5º e 19º, que amparam a liberdade de religião e determinam que o Brasil é um país laico. Entretanto, o Brasil é, de fato, laico?



Teresa Cristina Novaes, historiadora e professora da Universidade de Brasília (UnB), diz que a separação entre o Estado e a religião foi uma decisão tomada pela sociedade europeia no século XVIII, como resultado da convulsão política no Antigo Regime. Nesse período, o catolicismo era um braço do poder público e interferia, diretamente, na vida dos indivíduos de várias formas, como, por exemplo, ao regular muitos aspectos da vida social, impor sanções, constituir um corpo de letrados que auxiliavam os governantes e até mesmo os substituíam em casos extremos.

Demorou muito tempo para o Brasil promover essa separação. O tema foi discutido nos últimos 20 anos do Império, quando imigrantes que professavam outras doutrinas religiosas começaram a ingressar no país. Contudo, eram impedidos de exercerem seus direitos políticos por causa da imposição do Império de que, no Brasil, uma colônia católica, só era possível ter direitos políticos quem professasse a fé emanada do Estado.

Com a divisão, o Estado ficou impedido de interferir nos ritos e nas práticas religiosas e as religiões, por sua vez, de intervirem

Historiadora Teresa Cristina lembra que a laicidade do Estado é um direito dos povos que começou no Antigo Regime

em políticas públicas. “O Estado laico foi construído a partir das reformas institucionais e preservava o direito de as pessoas professarem diferentes religiões. Apesar dos princípios liberais que fundamentavam a ordem jurídica, não se pode dizer que as pessoas de religiões de matriz africana receberam tratamento respeitoso durante a República Velha. O reconhecimento da pluralidade religiosa e cultural foi uma bandeira de luta que ainda requer muita mobilização”, afirma a historiadora.

Mas, contrariamente ao previsto na CF, o cenário visto desde golpe de Estado de 2016, pode-se dizer que, em vez de progredir, o Brasil tem se afundado, cada vez mais, nos caminhos pantanosos e obscuros do fundamentalismo religioso. As últimas eleições apresentaram a medida exata dessa guinada para o despotismo.

Teresa Cristina explica que o avanço do Estado fundamentalista pode contribuir para a revogação de muitas conquistas, até mesmo, as que se referem aos direitos das mulheres. Ela lembra que, no início do século XX, as mulheres, em particular, as casadas, eram submetidas à tutela dos maridos. Eram-lhes negados vários direitos, tais como o pátrio poder, o de exercerem atividade remunerada e, se exercessem, eram proibidas de gerirem o próprio provimento, bem como negado o direito à herança, ao divórcio, ao voto, etc.

A professora esclarece que a principal característica de um Estado laico é a de que cada ser humano, independentemente do sexo ou de credo, deve ser tratado como indivíduo detentor de direitos. No caso das mulheres, elas deixam de ser apêndices da casa, do marido e da família, enfim, um objeto do patrimônio do marido. O Estado laico é um regime que protege não só as mulheres, mas toda a população contra a violação de sua casa, de seus corpos, de sua liberdade de expressão.

“Considero o Estado laico uma conquista a ser preservada e entendo que seria um retrocesso cultural retornar ao domínio da religião na vida social. Questões de fé são próprias da esfera privada. A liberdade de exercício da fé deve ser protegida pelo Estado, mas se encerra aí a interferência dos poderes públicos”, assegura.



Pastora luterana Romi Benke defende a laicidade do Estado para não haver ingerência de religiões no Estado

Romi Márcia Bencke, pastora luterana, teóloga e atual secretária geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), afirma que o Brasil continua sendo um Estado laico, mas, sem dúvida, é visível a mudança de discurso. O fenômeno que chama a atenção é a vinculação entre igrejas e partidos políticos. A grande maioria dos partidos, tanto conservadores quanto progressistas, procura, de uma maneira ou de outra, o apoio de igrejas ou de grupos de religiosos.

“Aqui ainda existe um Constituição Federal que prevê a separação entre religião e Estado, com a possibilidade da cooperação dos dois para o bem comum. O que temos, na verdade, é o aumento contínuo de forças cristãs fundamentalistas de diferentes confissões de credo, que, cada vez mais, interferem, a partir de suas crenças e de seus dogmas religiosos nas políticas de Estado, em especial, na educação, na saúde, nos direitos humanos e, de certa forma, na economia, uma vez que sempre que ocorrem alianças entre as frentes parlamentares religiosas e do agronegócio, por exemplo”, afirma a pastora.

No entendimento de Romi, essas forças estão presentes nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. “Não creio que essa mudança de cenário seja repentina. Sempre houve interferência da igreja e ela é resultado da própria história do Brasil. O que, talvez, agora, tenha chamado atenção é o fato termos, no Congresso Nacional, frentes religiosas organizadas e com grande poder de influência, como é o caso da Frente Parlamentar Evangélica e da Frente Parlamentar Católica. Deveríamos refletir, profundamente, a respeito. A construção da laicidade e o processo de

secularização ocorreram entre idas e voltas. A religião, em especial a cristã, sempre fez parte do cenário político brasileiro”, lembra.

Ela explica que é contrária à influência fundamentalista no Estado por várias razões, principalmente, porque, para ela, a vinculação entre religião e Estado implica em cumplicidade em torno de projetos de poder e de interesses nem sempre transparentes. Além disso, ela diz que a laicidade do Estado é a guardiã da grande diversidade religiosa do Brasil.

“Nosso país é de cultura rica e diversa e todas as tradições de fé têm o direito de existirem e se manifestarem livremente. A primeira dessas razões parte da fé em Jesus Cristo, que nos liberta para amar ao próximo, em especial, quando o próximo é muito diferente de mim. A fé em Jesus não me liberta para o ódio e nem para impor os meus preceitos ao outro. Diálogo, compaixão, respeito, igualdade na diversidade são alguns dos valores que podemos extrair da experiência de Jesus”, ensina a pastora.

Romi lembra que, elas não podem ser cerceadas ou perseguidas pelo Estado ou por adeptos de outras tradições. “Penso que deve existir diálogo entre fé e ciência. Ao contrário do que alguns pensam, a religião não perde força em um país laico. Essa separação possibilita que as tradições de fé possam atuar em favor daquilo para o que elas existem. Se nós, mulheres, temos hoje o direito ao sufrágio, de participar da vida política, de trabalhar, de reivindicar direitos e até mesmo professarmos nossa fé é graças ao movimento feminista. Claro que ainda temos muito para avançar, em especial, no que diz respeito às diferentes formas de violência contra a mulher. Os casos de feminicídio não param de ocorrer e chamam a atenção para o fato de que a lógica patriarcal de que a mulher é apenas um objeto do homem ainda não foi superada. Acredito que as igrejas têm uma responsabilidade grande porque todas as vezes que pregam que a mulher deve ser submissa, obediente e calada promovem e fortalecem a cultura misógina e outras intolerâncias”, afirma.

Jacira da Silva, jornalista e coordenadora do Movimento Negro Unificado (MNU), por sua vez, diz que, “quando há o desrespeito aos



Pastora Wall Moraes acredita que a liberdade religiosa está ameaçada

valores religiosos do outro, alegando que a verdade de sua crença é superior e dominante, temos aí não só um ataque ao direito individual de liberdade de fé, mas a abertura a problemas mais complexos, como para a violência, a discriminação, o *bullying* e até conflitos armados. A esse processo chamamos de fundamentalismo religioso”.

Waldicélia de Moraes Teixeira da Silva, conhecida como Wall Moraes, professora, pastora e coordenadora do Coletivo de Mulheres Protestantes do Distrito Federal (COMP-DF), acredita que a liberdade religiosa está ameaçada no Brasil porque diversas organizações religiosas estão gozando de subvenção oficial e tendo relações de dependência ou de aliança com os governos municipais, estaduais, distrital e federal.

“Temos, no Legislativo, a obrigatoriedade da presença da Bíblia e, no Poder Judiciário, a obrigatoriedade da presença do crucifixo e símbolos religiosos do cristianismo, quando, pela Constituição da República Federativa do Brasil, em órgãos públicos não deveria existir nenhum tipo de símbolo religioso de nenhuma organização. Devemos combater o fanatismo, o fundamentalismo, a intolerância, o racismo religioso para garantirmos a liberdade religiosa e promovermos a diversidade religiosa por meio da educação, com uma matriz curricular, que ensine as diversas Ciências da Religião na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e no Ensino Superior”, concluiu.



Élbia, diretora de Raça e Sexualidade do Sinpro-DF, diz que, apesar das conquistas, o Brasil não superou o patriarcado na organização social

Direitos das mulheres e dos LGBTQ+: ainda há um longo caminho a percorrer

Por Leidiane Souza

A Câmara dos Deputados iniciou a 56ª Legislatura (2019-2023) com maior percentual de políticos(as) novatos(as) de sua história e de mulheres com mais de 30 anos. A bancada feminina saltou de 51 deputadas para 77 (15% da composição da Casa). Apesar de abaixo do esperado, o percentual é maior do que o alcançado nas eleições de 2014 (apenas 10%).

Élbia Pires, diretora de Raça e Sexualidade do Sinpro-DF, atribui isso ao fato de que o país não se desvencilhou do patriarcado. “As mulheres continuam votando em homens brancos, machistas e conservadores não por preconceito, mas por tradição. Apesar das conquistas, não superamos o patriarcado na organização social, sobretudo na esfera de poder”, analisa.

Ela explica que “as funções políticas centrais

requerem disponibilidade de tempo e de energia, que, na visão da grande maioria da população, só podem ser desprezadas pelos homens, uma vez que essa opinião está impregnada da ideia patriarcal de que a centralidade da função social da mulher é o cuidado com a casa e com a família. Não tenho dúvida de que temos avanços e barrado muitos retrocessos no mundo. O movimento de mulheres e LGBTQ+ tem tido papel ímpar e preponderante no combate a projetos de leis e a medidas que tentam negar a liberdade de decisão sobre os próprios corpos e vida”.

Ela afirma que a laicidade afeta a vida dos homossexuais e da diversidade. Um relatório da Associação Internacional de Gays e Lésbicas dá conta de que em mais de 70 países a homossexualidade é criminalizada. Em 13 deles, é considerada um crime que pode ser punido com pena de morte e, em outros, ela



Letícia Montandon, diretora de Raça e Sexualidade, considera feminismo instrumento de combate às desigualdades

pode render cadeia. Irã, Afeganistão, Paquistão, Catar, partes da Síria, da Nigéria e da Somália são dominados pelo fundamentalismo religioso em que homossexualismo e diversidade são considerados crime.

Élbia diz que as visões fundamentalistas de sociedade e de relações sociais estão pautadas no modelo patriarcal e têm suas bases no machismo e no teocentrismo. “Podem, em nome de Deus, provocar mazelas sociais e terríveis consequências emocionais em todas(os), até nas pessoas que, muitas vezes, são suas fiéis defensoras, porque, por serem vítimas da alienação dogmática, não conseguem perceber que tal situação as oprime e encarcera. Cabe a nós enfrentarmos e disputarmos ideias e corações para barrarmos o avanço de concepções que usam o nome de Deus para justificar preconceitos, perseguições, discriminações, torturas e mortes e construirmos uma sociedade fraterna, justa, solidária em que todas(os) sejam e vivam livremente e em paz”.

Letícia Montandon, diretora de Raça e Sexualidade do sindicato, diz que o outro instrumento de combate às desigualdades é o feminismo e que ele tem papel importante nos dias atuais. “Somente com unidade e luta conquistaremos igualdade de direitos e respeito e poderemos barrar o ciclo de dominação e violência. Lutamos para que as mulheres tenham o direito de trabalhar, estudar, crescer e de serem o que quiserem. É disso que trata o feminismo: da busca pela igualdade social, política, econômica etc. entre os sexos, da luta por um mundo sem medo, sem opressão e sem violência”.

Jucimeire Barbosa, também diretora de Raça e Sexualidade do Sinpro-DF, acredita que, para se construir uma sociedade justa, com respeito às diferenças e cultura da paz, é preciso manter os direitos civis e o respeito a todas as crenças. “É necessário fortalecer o Estado laico para assegurar o direito de ir, vir, ser e estar e garantir a equidade de direitos. Em tempos de ataques às liberdades individuais temos de ser resistência”, concluiu.



Jucimeire, diretora de Raça e Sexualidade, afirma que em tempos de ataques às liberdades individuais, a resistência é a saída



Eleições

Impacto da eleição de Bolsonaro e Ibaneis na luta feminista e na educação

A eleição deles reforça a banalização das pautas feministas, a privatização do ensino, a entrega das riquezas nacionais a estrangeiros e territórios a países imperialistas, como ocorreu com a Base de Alcântara

Por Carla Lisboa

Nos primeiros 15 dias de janeiro de 2019, o presidente da República, Jair Bolsonaro, adotou medidas alinhadas com o pensamento neoliberal da Escola de Chicago, cuja ambição por reformas econômicas só favorece os países ricos, o mercado e o sistema financeiros.

Para isso, assinou o Decreto nº 9.685/2019, que facilita a posse de arma de fogo, e o Decreto nº 9.465/2019, que altera a estrutura

do Ministério da Educação (MEC) para materializar parcerias privadas com base no desempenho das escolas militarizadas em avaliações nacionais para expandir o modelo e terceirizar a educação pública.

A diretoria colegiada do Sinpro-DF avalia que o decreto que facilita a posse de armas de fogo visa a favorecer a indústria armamentista estrangeira, contribui para a revitalização econômica do setor bélico e o fortalecimento do mercado paralelo.

“É preocupante porque terá como consequência o aumento da já alarmante violência e mortes no país”, afirma. O Brasil vive as consequências da política do uso da arma de fogo. O número de mortes aumentou.

“A facilidade do acesso à posse de armas predispõe a todo tipo de violência, incluindo aí os ataques em massa, como o que ocorreu na Escola Estadual Professor Raul Brasil, em Suzano, em março deste ano. Outra consequência é o aumento do número de feminicídios e do constrangimento de mulheres, com a diminuição das denúncias de agressões”, assegura os(as) diretores(as).

O outro decreto, relacionado à educação, em associação com a Lei nº 13.429/2017, visa a implantar a terceirização generalizada nos serviços públicos e na rede pública de ensino do país.

Cristiane Portela, professora do Departamento de História, orientadora no Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (Mespt), da Universidade de Brasília (UnB), afirma que, “enquanto o novo governo apresenta a posse de armas e a privatização da educação pública como alternativa para melhorar a situação do país, afirmamos que a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora está condicionada à valorização dos serviços e dos servidores/as públicos/as; à oferta da educação e da saúde pública, gratuita e de qualidade; à garantia da previdência pública, com aposentadoria integral e estatal e da liberdade de aprender e de ensinar”.

BANALIZAÇÃO DO DEBATE – Berenice Darc, diretora de Política Educacional do Sinpro-DF, avalia que a eleição de Jair Bolsonaro e de Ibaneis Rocha tem e terá impacto negativo na luta das mulheres e na educação. E explica que isso ocorre porque, nacionalmente, reforça a tendência à banalização do debate, há muito consolidado, das pautas das mulheres.



Berenice Darc, diretora de Política Educacional, diz que todas as propostas do governo favorecem o mercado do grande capital

“Se, desde algumas décadas, fazíamos uma leitura crítica sobre a centralização do debate feminista no âmbito das universidades ou dos movimentos sociais institucionalizados, não podemos negar a importância da popularização do debate, ocorrida de forma difusa e em diferentes espaços nos últimos anos, até mesmo entre jovens de escolas públicas que passaram a constituir coletivos e reverberar suas leituras de mundo e perspectivas de futuro tendo como mote as lutas históricas de mulheres e uma reflexão sobre o feminismo”.

Vilmara Pereira do Carmo, professora de história da rede pública de ensino do Distrito Federal e coordenadora da Secretaria para Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras do Sinpro-DF, assegura que “o resultado da eleição também põe em risco a luta das mulheres e impõe um retrocesso em tudo o que se produziu como narrativa de história pública em torno do tema da mulher, tendo isso refletido na construção dos currículos na

educação básica, na formação de professores e no ensino superior”.

Ela diz que é perceptível os retrocessos em todos os níveis. “A tendência parece ser a de que o DF se torne ‘vitrine’ do governo federal, dado o simbolismo estratégico contido na implantação de políticas nacionais que se efetivem na capital do país”.

RETÓRICA CONSERVADORA DOS VALORES SOCIAIS

– O impacto da política belicista dos governos Bolsonaro e Ibaneis recai sobre a escola pública porque visa à privatização do ensino e à exclusão da população de baixa renda do direito à educação. Dentre outros aspectos que comprovam isso, destaca-se a intervenção militar em escolas públicas. Ou seja, as primeiras ações na educação local são pautadas pelo governo federal.

“Desse modo, apresentam-se conciliadas uma retórica ultraconservadora do ponto de vista dos “valores sociais” e proposições neoliberais que impactarão as escolas públicas, entre elas, o fortalecimento da educação à distância regida pela lógica de mercado; o debate sobre a regulamentação do ensino domiciliar (significativamente oriundo não do MEC, mas do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, sob o comando da pastora Damares



Delzair, diretora da Secretaria de Aposentados, diz que militarização visa à privatização

Alves); e, por fim, as propostas de cooperação que terceirizam a gestão da educação pública, com o favorecimento das Organizações Sociais (OS) ou de outros segmentos públicos para além da SEEDF, a exemplo da proposta de militarização das escolas públicas, anunciada nos primeiros dias do governo Ibaneis, a partir de uma parceria com a Polícia Militar do Distrito Federal”, analisa Marilange Vianna, diretora da Secretaria de Assuntos dos Aposentados.

Delzair Amâncio, diretora da Secretaria de Aposentados, explica que “essas propostas favorecem o mercado e, para a eficácia de sua retórica, se instaura um imaginário que constrói a escola pública como um ‘outro’ a ser combatido/superado, daí o reforço de um discurso que estigmatiza escolas (especialmente as das periferias urbanas e núcleos rurais) e junto a elas, a desvalorização de seus profissionais e a consequente condenação ao fracasso de nossos estudantes”.

Marilange, da Secretaria de Aposentados, diz que as propostas do governo federal estigmatizam as escolas públicas



Há 51 anos, a Passeata dos 100 Mil reuniu milhares de pessoas no centro do Rio em protesto contra a ditadura e o endurecimento do regime militar com o AI-5

História

Brasil: uma trajetória de golpes e contragolpes

País tem longo histórico de tentativas de golpes e contragolpes desde o Primeiro Reinado. A classe trabalhadora nunca deixou de lutar

Por Carla Lisboa

Diante do avanço da extrema direita e da polarização entre esquerda e direita, foi criado no país, um clima tenso, parecido, segundo estudiosos, com o da época do golpe de 1964, com a ditadura civil-militar. Há quem afirme que é justo dizer até em repetição da história.

Na avaliação da professora da UnB Cristiane Portela, o avanço de uma “nova direita fundamentalista” é um fenômeno inquestionável e grave, globalmente, contudo, as similaridades identificadas com

o contexto da ditadura militar, no Brasil, são compreensíveis no sentido de que a experiência democrática do país, já bastante fragilizada historicamente, tem tido suas conquistas questionadas a todo momento sob uma ofensiva que criminaliza formas diversas de engajamento político-social.

“Entretanto, considero importante argumentar que há sempre um duplo risco contido na afirmação de que a história se repete: primeiro, o risco de que nos conformemos em um imobilismo que nos diz que “as coisas sempre foram assim”, levando-nos a crer

que continuarão sendo assim. O outro risco, correlato a este, é o de que façamos leituras simplificadoras que levam ao argumento de que a história é feita muito mais de permanências do que de mudanças. Em ambos os argumentos, em especial quando se trata do ensino de História, estimula-se uma atitude de conformismo por parte dos(as) estudantes e assim também ocorre para todos(as) nós que somos sujeitos da História”, pondera.

UM HISTÓRICO DE GOLPES E LUTAS POPULARES – O Brasil tem um histórico de tentativas de golpes e contragolpes desde o Primeiro Reinado, sendo significativos, na história mais recente, os contextos de 1955 e 1961, que já sinalizavam processos golpistas caracterizados por uma aparência de legalidade. O primeiro, até mesmo com a ocorrência de dois *impeachments* e, o segundo, com a implantação de um tipo de parlamentarismo.

Quando implantados regimes de exceção, como o instalado em 1937 (conhecido como Estado Novo) e o de 1964 (golpe militar), esses governos são caracterizados pela repressão policial-militar-civil, pela revogação dos direitos individuais e das garantias constitucionais, pela supressão das liberdades

– especificamente, das liberdades de imprensa, de reunião e de associação – e ocorre a revogação dos mecanismos da democracia representativa (no primeiro caso) ou sua vigência custodiada pelo regime militar (no segundo caso).

Entre 1964 e 1969 foram promulgados 17 atos institucionais, que, regulamentados por 104 atos complementares, conferiram um alto grau de centralização à administração e grande repressão política no país. Os retrocessos, portanto, referem-se à cassação imediata de mandatos de políticos democraticamente eleitos, perda de direitos políticos, eleição indireta para a Presidência da República (depois para governadores que indicariam prefeitos), a dissolução de todos os partidos políticos então existentes e o estabelecimento de um bipartidarismo controlado. Por fim, a perseguição aos movimentos sociais (com destaque para o movimento estudantil, o operário e o camponês), além da suspensão da garantia de *habeas corpus*.

“Em 1968, diante da resistência aos retrocessos na economia, política, educação etc., o governo ditatorial impôs o Ato Institucional nº 5 (AI-5), um dos mais cruéis que atingiram a tudo e a todos. O AI5 abalou, fortemente, as artes,



Cristiane Portela, professora da UnB, afirma que o avanço de uma nova direita fundamentalista é um fenômeno grave e global

as escolas, os locais de trabalho, que, dentre outras características, estavam influenciados pelos protestos de Paris, em que as pessoas tinham em mente a frase ‘é proibido proibir’”, explica Cristiane Portela.

A professora da UnB diz que, “acerca desse lema, contudo, é importante ressaltar que não se pode afirmar que essa noção de liberdade era (e é) igualmente válida para todas as pessoas. Para muitos, liberdade consiste antes de tudo, em acessar condições de vida que assegurem, minimamente, a dignidade humana. É importante também lembrar que, vítimas da ditadura militar não foram somente aqueles que se posicionavam, publicamente, contra o regime, conforme ficou demonstrado a partir das investigações da Comissão Nacional da Verdade de 2014. Indígenas e trabalhadores rurais, por exemplo, foram vítimas e em números que ultrapassam em muito as vítimas oficialmente reconhecidas”.

LIBERDADES POSITIVAS E NEGATIVAS –

Cristiane lembra que Isaiah Berlin (2002) define a diferença entre as duas concepções da seguinte forma: a liberdade negativa corresponderia a “estar livre de”, enquanto a liberdade positiva corresponderia a “estar livre para”. Cristiane Portela explica que, a segunda, remete à importância da dimensão coletiva da liberdade.



“Para Kant, diferentemente de quase todos os outros pensadores do mundo ocidental, a liberdade é inseparável da obrigação. Em consonância com essa leitura, segundo uma perspectiva Ubuntu (oriunda da filosofia sul-africana), a liberdade e a autonomia do indivíduo andam lado a lado com a responsabilidade pelos outros, ou seja, a liberdade é inseparável da busca por justiça coletiva, e, segundo essa concepção, é essa busca que assegura nossa existência e singularidade como sujeitos. Essa compreensão subverte as noções de individualismo e liberdade predominantes no ocidente”, afirma Cristiane .

Ela destaca ser importante ler além das dicotomias para dar oportunidade à possibilidade de construir polidiálogos (vários diálogos, segundo Mogobe Ramose), ou seja, solidificar laços de apoio mútuo, escuta sensível e aberta aos aprendizados e travessias. “As reflexões produzidas por mulheres indígenas e/ou negras, alinhadas com perspectivas como as do feminismo comunitário e do feminismo ancestral, têm muito a nos ensinar sobre construções não-dicotômicas (com apenas duas visões), a partir de referenciais étnicos (unidades linguísticas) que se diferem das epistêmes que se tornaram hegemônicas”.

Vilmara Pereira do Carmo, finaliza dizendo que “o Brasil vive, hoje, um grande questionamento sobre as liberdades negativas e as positivas, ou seja, no campo das negativas, o Estado não tem o direito de invadir a vida privada de ninguém; no campo das positivas, o Estado tem de se movimentar para garantir a liberdade das minorias”.

Vilmara, diretora de Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras, diz que o Estado não tem o direito de invadir a vida privada de ninguém, mas tem de se movimentar para assegurar a liberdade das minorias

“Quem matou Marielle?”

A ex-companheira da vereadora carioca, Mônica Benício, assegura que Marielle foi assassinada pelo Estado brasileiro porque o corpo dela é considerado descartável pela sociedade por ser mulher negra, LGBT, favelada e de esquerda

Por Carla Lisboa

Onze meses depois do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco, sua companheira, Mônica Benício, sai do clima tenso e de ameaças do Rio de Janeiro e se muda para a capital do país. Em Brasília, recebeu a equipe da *Revista Sinpro Mulher*, em fevereiro deste ano, num gabinete da Câmara dos Deputados. Vestia uma calça jeans e uma camiseta branca com a pergunta em letras garrafais pretas: “Quem matou Marielle?”

Durante 2 horas, ela nos contou como tem sido a luta desde a morte da companheira, assassinada, brutalmente, em 14 de março de 2018. A execução sumária para retirar da cena política carioca uma vereadora feminista, LGBT, negra, favelada e de esquerda, uma liderança comunitária que lutava por direitos humanos nas favelas, até hoje, mais de um ano depois, ainda está sem solução. O Estado apontou os executores, mas até hoje não apresentou o nome dos mandantes.



Quem
matou
Marielle



Ela conta que, mesmo recomeçando a vida em outra região do país, não se acostumou com a ausência do seu amor. Arquiteta e urbanista formada na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), foi companheira de Marielle por 14 anos. Nasceu e foi criada na favela da Maré. Tem 32 anos e é ativista de direitos humanos, feminista, militante LGBT e estudante de mestrado na área de Violência e Direito à Cidade na PUC-Rio.

Impulsionada pela morte de sua companheira, Mônica aceitou continuar a militância para defender os ideais que nortearam a vida da vereadora carioca. Ela conta que, antes do assassinato, tinha um projeto de vida diferente. “Querida ser professora, atuar na vida acadêmica, lecionar, porque acho que é a forma mais bonita de se fazer política e a que tem maior efetividade”.

Ela afirma que não basta saber quem matou. “Queremos saber quem mandou matar e ver o Estado punir os mandantes”. Apesar da revelação dos executores, o silêncio dos poderes mantém sem resposta a pergunta que não quer calar: Quem mandou matar Marielle?

Mônica vê o silêncio como a delação de que o autor do crime foi o próprio Estado, que, além de não dar conta (ou não se interessar em) elucidar o crime e de punir todos os envolvidos, não tem nenhuma política pública e nem faz nada para impedir que a sociedade brasileira continue machista, misógina,

LGBTfóbica, racista, fascista entre outros defeitos que geram violência. “A expressão do corpo dela era tudo o que o Brasil acha de mais descartável na sociedade: um corpo feminino, LGBT, negro, favelado e de esquerda”.

Na avaliação dela, o assassinato de sua companheira foi um tiro no pé dos mandantes e matadores porque, em março de 2018, Marielle era a única vereadora negra do Rio. Com sua morte, apesar do crescimento da extrema direita, o número de parlamentares negras, mulheres e LGBT com os mesmos ideais dela triplicaram em todo o país nas eleições de outubro do mesmo ano. “Em outubro, as urnas mostraram o avanço do fascismo, mas também trouxeram o crescimento da presença de muitas Marielles nas instâncias de Poder”, afirma.

Nesta entrevista *exclusiva* para a **Revista Sinpro Mulher**, Mônica fala do fascismo, da execução de Marielle e das lutas que elas desenvolviam no Rio em defesa dos direitos humanos e contra o extermínio da juventude negra. Marielle e Mônica eram contrárias à intervenção militar. Mônica diz que os números da violência aumentaram com a intervenção e lembra da empatia de Marielle com mães e pais de jovens assassinados nas favelas diariamente. Fala do destemor da vereadora e afirma que o crime contra sua companheira é o principal motivo de ela continuar a luta por uma sociedade mais justa e igualitária.



Revista Sinpro Mulher – Quem matou Marielle?

Mônica Benício – O Estado brasileiro machista, racista, misógino, LGBTfóbico. Essa leitura racista, construída na nossa sociedade, é o que leva e legitima uma pessoa a pensar que pode executar um corpo como o de Marielle impunemente. A expressão do corpo dela era tudo o que o Brasil acha que é o mais descartável na nossa sociedade: o corpo feminino, LGBT, negro, favelado e de esquerda. A única coisa que poderia ter protegido ela, de alguma forma, nesta sociedade, seria o título de parlamentar que é o que o Brasil, minimamente, respeita por causa da relação de poder. Mas, nem isso foi capaz de preservar a vida dela tamanho é o racismo, a LGBTfobia, o machismo, a misoginia, o fascismo que tem hoje no Brasil.

Revista Sinpro Mulher – Por que Marielle foi executada?

Mônica Benício – Quando as pessoas me perguntam por que Marielle foi executada, vejo um milhão de linhas que a gente pode explorar e muitas delas estão dentro da pauta específica da investigação, mas é preciso entender que a Marielle foi morta pelo o Estado brasileiro por causa do seu enfrentamento ao machismo, ao racismo, à LGBTfobia, ao fascismo. O Estado brasileiro é essa estrutura preconceituosa que olha para esse corpo feminino, negro, LGBT e favelado e o vê como um corpo descartável

e com a certeza de que sua morte não teria repercussão.

Revista Sinpro Mulher – Se fosse um homem com as características da Marielle, negro, LGBT, você acha que haveria algum resguardo quanto a isso?

Mônica Benício – Sim. Sem nenhuma dúvida. Quem planeja uma execução como essa não tem dúvidas de que se tiver de escolher entre um homem branco e uma mulher como a Marielle, faria com ela por achar que é o mais frágil, o mais descartável e o que teria menos repercussão. Sem dúvida esse erro de avaliação, obviamente, levou ela a ser o alvo.

Revista Sinpro Mulher – Quem foi a Marielle que despertou tanto ódio dos setores mais conservadores do Rio de Janeiro?

Mônica Benício – A Marielle da esperança de revolução que a gente estava construindo. Aliás, essa Marielle que a gente está construindo. Continuamos construindo. Acho que toda a repercussão que teve com a execução dela e como a imagem dela hoje se projeta e é vista é, claramente, a resposta de que essa revolução não foi interrompida e que Marielle se torna um símbolo. Não tem nada de excepcional na história da Marielle até a entrada dela na política.

Ela engravidou muito jovem e parou de estudar. Depois os retomou com a filha



O direito das mulheres de imortalizar a luta feminista da líder comunitária assassinada no Rio em março de 2018

pequena. Trabalhou, estudou e sustentou a filha sozinha. O pai não participava. Entrou para a faculdade. Conquistou um mestrado. Foi trabalhar na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) e se tornou coordenadora da Comissão dos Direitos Humanos. A decisão de ela ir para a Alerj, no Marcelo Freixo (PSOL) foi coletiva.

Elegemos Marielle para ser uma das representantes da favela da Maré no gabinete dele. Ela sempre foi uma potência muito visível. Sempre colocou as ideias claramente e demonstrava muita coragem e ousadia. Tinha uma postura de enfrentamento e a atitude de uma pessoa que teve uma vida muito difícil, que trabalhou como feirante na infância, e, por isso, entendeu que o corpo dela, por si só, era uma afronta a esse sistema político do Brasil.

Quando a ela foi trabalhar na Alerj, essa resistência ao corpo dela e ao que ela representava aumentou. Ainda assim, ela se tornou coordenadora da Comissão de Direitos Humanos. Passou a ter uma leitura mais sensível da realidade da Maré e das demais favelas e regiões do Rio porque passou a atender tanto à mãe do policial militar assassinado durante o exercício de sua função como à mãe do traficante executado em operações da Polícia Militar na favela.

Ela acolhia as duas famílias porque, enquanto defensora dos direitos humanos, entendia que nenhuma vida valia mais do que a outra. Passou a ter empatia e solidariedade com aquelas dores e começou a se construir como figura política que não tinha a intenção

de disputar a política institucional. Isso aconteceu, em 2016, muito mais por uma avaliação coletiva, assim como ocorreu, em 2006, na Maré, de a gente olhar para ela e vê-la como a imagem de resistência e de ousadia, características necessárias para se construir uma nova sociedade.

Revista Sinpro Mulher – Dizem que foram as milícias que assassinaram Marielle. O que você acha disso?

Mônica Benício – As milícias estão dentro do Estado brasileiro em todas as instâncias de poder. A esse grupo não interessa pessoas como Marielle ocupando esses espaços. E acaba que, na verdade, a noite de 14 de março de 2018, foi um grande tiro no pé de quem planejou esse crime porque logo depois, nas eleições de outubro de 2018, elegemos todas as mulheres que integravam “a mandata” de Marielle.

As urnas mostraram o avanço do fascismo, mas trouxe também o crescimento da presença de muitas Marielles nas instâncias de Poder. A gente responde, democraticamente, nas urnas, que a noite de 14 de março de 2018 não será aceita apenas como uma noite de barbárie, mas uma resignificação da resistência e da esperança. É uma luta que não se inicia com Marielle, mas dizendo que não é porque o corpo dela tombou que a gente vai parar de lutar. Pelo contrário, hoje, ela nos inspira a continuar avançando. E essa inspiração cresceu, avançou, ganhou o mundo. Desde nome de rua até título de bolsa de estudo, hoje, o nome Marielle intitula e nomina várias iniciativas.

Revista Sinpro Mulher – O que Marielle viu no problema da militarização do Rio de Janeiro?

Mônica Benício – Ela seria a relatora da comissão que ia acompanhar a intervenção federal no Rio de Janeiro na Alerj. Foi executada 15 dias após a instalação da intervenção federal de caráter militar. Mas a gente, no Rio, lida com a militarização desde sempre. Na época dos megaeventos, a favela da Maré, por exemplo, que é um acesso estratégico entre o aeroporto internacional e qualquer parte da cidade, foi fortemente ocupada pelo Exército



Marielle Franco sentiu a resistência a seu corpo quando foi para a Alerj e, posteriormente, quando se tornou vereadora e foi eleita relatora da Comissão de Direitos Humanos

com um caráter quase charginha de colocar sacos de areia nas ruas, barricadas, redes com folhas por cima como se tivéssemos numa floresta, fazendo uma barreira.

Tanques de guerra ficavam parados na porta da casa de meu irmão. Tanque de guerra não desliga o motor. Era um barulho ensurdecedor o tempo todo. Eles faziam rondas pela favela várias vezes ao dia e isso implicava em apontar fuzil para todo mundo, até mesmo na cara de crianças. Quando os soldados passavam correndo, as crianças deitavam no chão com medo. É disso que se trata. Mas isso não passa na Globo e nem em nenhum veículo da mídia.

A militarização do Rio de Janeiro existe há muitos anos e muito fortemente dentro das favelas e nas periferias. Hoje, e no período da intervenção, a gente conseguiu ver isso sendo ocupado no Centro e na Zona Sul. Só que é muito diferente passar na Zona Sul e ver um soldado no calçadão do que vê-lo atuando na favela. Se você for um corpo negro transitando na favela, a sua vida está em risco. São leituras diferentes da mesma ocupação.

Revista Sinpro Mulher – Por que a Marielle hoje é uma ameaça muito maior do que era enquanto estava viva?

Mônica Benício – É muito triste dizer que a Marielle, hoje, salva muito mais vidas do que salvava enquanto estava viva. Isso acontece

porque ela se tornou representatividade. Ela hoje “diz” para a menina dentro da favela que ela (a menina) pode se graduar em universidade, fazer mestrado e alcançar o espaço de poder político. E isso é muito perigoso para a elite brasileira, para a classe de políticos que são uma minoria no país, mas é a maioria no poder. Essas pessoas sabem que elas são minoria e que, para continuar assim, é fundamental para elas que a nossa população continue cada vez mais ignorante no sentido de ignorar mesmo a própria história para que não queira ocupar esse lugar de privilégio que elas têm.

Revista Sinpro Mulher – Você falou que Marielle se multiplicou após a morte, principalmente nos espaços de poder e em vários países. Qual era a visão de Marielle sobre o feminismo negro?

Mônica Benício – Quando surgiram as ondas feministas, as mulheres negras já estavam no mercado de trabalho, de forma subalterna, mas já disputavam o espaço para garantir a sobrevivência. Elas nunca tiveram outra escolha que não a do trabalho escravo, semiescravo, mal remunerado. Nunca tiveram outra possibilidade que não a da violência impressa sobre seus corpos. O que a gente pode ver de positivo sobre isso tudo é a Marielle se tornar essa figura de representatividade para todas as mulheres, sobretudo, para as mulheres pretas porque



Mulheres vão às ruas em todo o Brasil, no dia 8 de março de 2019, Dia Internacional da Mulher, em protesto contra o patriarcado e suas consequências

vira esse símbolo de referência. Como estávamos falando dessa replicação da imagem da Marielle no mundo, a imagem dela foi parar na porta da Prefeitura de Paris. Mas também foi parar, como grafite, em muitas periferias de várias cidades da América Latina, como numa das favelas mais violentas de Buenos Aires com a organização La Poderosa.

Revista Sinpro Mulher – Em vez de mito, Marielle se tornou representatividade e esperança.

Mônica Marielle – Sim. Ela vira representatividade desde a prefeitura de Paris até Buenos Aires. Uma menina negra olha para a foto dela e sabe que ela (a menina) pode chegar ao espaço de poder, independentemente do fim trágico que o corpo da Marielle teve. Marielle transcende a própria imagem corpórea dela e hoje se reflete nesse símbolo de esperança pelo mundo.

Acho que se ganha muito para as mulheres negras nesse sentido porque ainda falta muito a elas. As mulheres negras ainda são as mais vulneráveis. É o corpo que tem o maior índice de violência impresso. Ângela Davis tem uma expressão que gosto muito e ela fala, especificamente, das mulheres negras: que as mulheres negras caminham ombro a ombro juntas porque, quando se faz isso, mantém-se

a estabilidade da caminhada e, quando uma sobe, cede o ombro para que a outra suba. Isso para mim é o conceito de feminismo, o conceito de solidariedade, sororidade e, sobretudo, de empatia.

De se olhar para a dor do outro, conseguir entender que essa dor não é e jamais será sua, e ter a empatia para poder entender; solidarizar-se para tentar modificar a situação, esse contexto, que é dramático para todo mundo, mas, inquestionavelmente, ainda muito mais dramático e violento para as mulheres negras.

Revista Sinpro Mulher – Ao mesmo tempo em que o conservadorismo avança no mundo, a imagem da Marielle se espalha como símbolo de resistência. O temor é que aconteça com ela o que ocorreu com alguns ícones da esquerda que viraram mito e foram engolidos pelo capital.

Mônica Benício – A onda do conservadorismo e do fascismo sempre esteve no poder e vem avançando mundialmente. Isso ocorre porque os grupos conservadores e fascistas sempre tiveram mais dinheiro e, indiscutivelmente, são mais organizados e mais articulados do que a gente. Mas a gente também vem crescendo, o movimento feminista principalmente, também mundialmente. O fascismo, por exemplo,

enquanto projeto de poder é quase indestrutível porque fica no campo da utopia, mas se ele ocupa o poder fica fácil desmascará-lo.

O capital, de certa forma, se apropriou de algumas imagens simbólicas da luta da esquerda, como a de Che Guevara. Mas a gente sempre esteve numa posição de resistência, que, indiscutivelmente, vem crescendo e avançando. E quem está do outro lado não quer abrir mão desse lugar de privilégio, e reage com violência e muita truculência. A gente precisa fazer o enfrentamento porque a gente precisa superar o estigma de esquerda fragmentada. Enquanto cada da esquerda está discutindo no seu cantinho, os fascistas estão tomando champanhe e discutindo sobre quem eles vão matar agora ou deixar de matar. E vão continuar nos matando porque os nossos corpos é que são descartáveis nesta sociedade.

Acho que ter hoje um fascista na principal cadeira de poder deste país nos dá a oportunidade de desconstruir isso porque a gente sempre fingiu ser o país do carnaval, cordial, simpático, do povo gentil. Com a execução da Marielle e 12 meses sem respostas sobre isso, o Brasil passou para o mundo a imagem do que de fato ele é: racista, misógino, machista, LGBTfóbico, escravocrata. É isso. A gente agora tem de assumir essa cara que a gente tem e entender que é preciso desconstruir isso e construir esse novo modelo de sociedade mais justa e igualitária.

Revista Sinpro Mulher – Como fazer isso se as eleições recentes mostraram o contrário?

Mônica Benício – Com enfrentamento político, organização, articulação e unidade. É muito desalentador e simbólico olhar para o Brasil em 2018 e ver que, no mesmo ano, a única vereadora negra do Rio ser executada e, nesse mesmo ano, o país elege um homem fascista, com discurso altamente machista, racista, LGBTfóbico, por meio de eleições democráticas, para Presidente da República. A esperança é que a esquerda também obtenha avanços. Tivemos respostas à execução da Marielle nas urnas com as mulheres negras que a gente colocou nos espaços de poder. Se a gente olhar para os números, prefiro ter a visão otimista, a maior parte dos brasileiros não

optou por ele. Optou por Haddad, pelo voto branco, pelo voto nulo. Acabou, fatalmente, que os votos brancos e nulos contribuíram para que ele chegasse ao poder. Mas é preciso olhar com algum otimismo para saber que este país ainda tem jeito sim.

Revista Sinpro Mulher – De onde arrancar o otimismo se vêm aí todas as políticas fascistas e ultraliberais?

Mônica Benício – A receita para isso é, antes de tudo, retirar do Brasil a cara de país do futuro. Porque é sempre o país do futuro. A gente não fala de nosso passado, não faz reparação histórica e fica no presente, amarrada nessa conjuntura complexa e extremamente suja, e difícil de entender. O Brasil não é para amadores

Revista Sinpro Mulher – Que mensagem você mandaria para os(as) professores(as) do Distrito Federal?

Mônica Benício – Não desistam. Antes de 14 de março de 2018, era meu projeto de vida ser professora, era a vida acadêmica, era lecionar porque acho que é a forma mais bonita de se fazer política e a que tem maior efetividade. Entendo que a conjuntura é dramática, que os tempos são difíceis, mas ainda não vejo uma profissão que seja mais bonita e mais eficiente na política do que ser professor. A gente não pode desistir e, sobretudo, os(as) professores(as) porque eles e elas sempre, desde a infância, são as nossas principais referências de vida.



Mônica e Marielle se amavam e viveram juntas até o assassinato da líder comunitária

Damares é a cara deste governo

Por Ruth Oliveira Tavares Brochado*

A eleição de Bolsonaro é consequência direta do golpe de 2016. Para derrubar a presidenta, discursos de ódio foram resgatados e fortalecidos, bem como um projeto de retrocessos, com a reversão de direitos e de avanços cívicos. Vimos a crescente criminalização da atividade política, da esquerda, dos movimentos populares, culminando com a prisão ilegal do presidente Lula. Como é possível encarar com normalidade o resultado das urnas num contexto como esse?

O ódio, os retrocessos e a criminalização atingem com especial violência mulheres, negros e negras, população LGBT, comunidades indígenas. A tutela dos militares sobre o governo evidencia a relação que Bolsonaro quer travar com as questões sociais: serão questão de polícia.

Um dos indicativos nítidos é que os registros sindicais tenham sido transferidos para o Ministério da Justiça. O Ministério do Trabalho foi extinto, e cogita-se dar o mesmo fim à Justiça do Trabalho. O salário mínimo foi reajustado abaixo da inflação, abaixo inclusive da previsão do governo anterior; e intensificam-se as ameaças à aposentadoria.

Ora, quem são os setores mais atingidos pelo desmonte de toda a legislação trabalhista e dos órgãos que a guardavam?

Em meio a todo esse cenário, não nos surpreende que a primeira instituição e a primeira categoria a sofrerem profundos ataques por parte desse governo sejam a escola e os professores (as).

Somos alvo porque a Educação é a arma do povo contra a intolerância e a ignorância. Afirmando mentirosa e hipocritamente o combate às “ideologias”, os defensores do projeto “Escola Sem Partido”, a Lei da Mordaca, procuram impor a sua própria ideologia, promovendo perseguição aos professores e admitindo até a censura de conteúdos.

Não nos enganemos: as falas desastradas da ministra Damares estão em consonância com o conjunto do desastre que esse governo representa: nada conhecem do Brasil, são profundamente ignorantes em questões políticas e econômicas, aproveitam-se de forma oportunista da religiosidade das pessoas para alimentar o ódio e o reacionarismo em nome de objetivos que nada têm a ver com os interesses do povo. Quando Damares afirma que “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”, isso não está nos distraindo do foco central. Isso está altamente vinculado com o foco central.

A reafirmação de noções de gênero que há décadas já estavam superadas mostra a centralidade que eles dão à Lei da Mordaca, e, portanto, à perseguição de professores e professoras em sala de aula. A aparente bobagem escapada afirma que, para esse governo – como todos já sabíamos –, as mulheres têm um lugar social pré-determinado, e ele é de subjugação. Esse lugar justifica e atenua a violência, a desigualdade salarial, a ausência nos espaços de poder, a repressão.

Se seremos resistência, devemos reforçar nossos ideais de justiça. Isso significa fortalecer nossa categoria, que vem sendo tão atacada; defender a Educação como direito do povo; e, especialmente, o papel da escola na construção da igualdade.

** Ruth Oliveira Tavares Brochado é professora da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEEDF) e diretora do Sinpro-DF*





Governador Ibaneis instituiu a intervenção militar em escolas públicas do DF e um dos primeiros atos foi apagar, do CED 01 da Estrutural, a imagem de Mandela

Militarização

Intervenção militar e terceirização da educação

Governo usa intervenção militar nas escolas públicas para implantar uma das formas mais amplas de terceirização da educação pública e gratuita

Por Carla Lisboa

Apesar de cruelmente repressiva e significar um período nefasto da história do Brasil, a ditadura militar não ousou a militarizar as escolas públicas do DF, como os governos federal e local fazem atualmente. Todavia, ambos os períodos são contextos que apresentam graves ataques ao direito à educação pública de qualidade e particularidades.

“Parece-me que não há como dissociar a

militarização da terceirização da gestão da educação, portanto, faz sentido pensar que se trata da continuidade de uma agenda neoliberal cujas origens estão na década de 1960, com o convênio entre o Ministério da Educação brasileiro e a United States Agency for International Development (USAID) – em português significa Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – e que se fortalece, desde a década de 1990, com as reformas educacionais propostas pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC – 1995-2002). É nesse contexto que compreendo



Rosilene, coordenadora da Secretaria de Finanças, vê com preocupação o aumento do número de escolas militarizadas no país

a gestão militarizada das escolas”, diz Cristiane Portela, professora do Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB).

Ela explica que, por um lado, a intervenção militar se fundamenta no argumento do fracasso da escola pública e faz crer que a demanda por qualidade da educação será equacionada com a disciplinarização dos estudantes e o controle da rotina escolar, exaltando a ordem e o civismo como princípios para formação de “bons cidadãos”.

Por outro, há um ponto de encontro entre as propostas desses dois contextos, uma vez que princípios semelhantes nortearam os currículos escolares durante a ditadura: as disciplinas Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB) tornaram-se obrigatórias no currículo escolar, a partir de 1969, por meio do Decreto Lei nº 869/1968, sendo medidas adotadas na fase mais repressiva do regime, em substituição às matérias de Filosofia e Sociologia, e diante da fusão de História e Geografia na disciplina de Estudos Sociais.

“É incondicional o potencial transformador da História quando ela é tomada não só como uma prática cotidiana de ‘pensar historicamente’, correlacionando leituras do passado, compreensões do presente, mas, a projeção de futuros imaginados. E essa reflexão cabe a todas(as) nós, sujeitos históricos, não devendo ser atribuição exclusiva de historiadores(as) profissionais, ou seja, não podemos ser “juízes” daquilo que é verdade ou não na História, mas, sim, mediadores, nesse processo de reflexão”, afirma a professora da UnB.

Rosilene Corrêa, diretora do Sinpro-DF, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e da CUT, lembra que o setor da educação, desde o Ensino Básico até o Superior, enfrenta um dos movimentos mais retrógrados que já se viu e ouviu no mundo. “Há uma pressão privatista sobre a educação pública que se intensificou a partir do ano de 2016. Houve uma forte tentativa de materializar esse projeto mercantilista nos anos 1960, com o projeto MEC-USAID, que se aprofundou nas décadas seguintes. Durante a ditadura militar, buscou-se implantar uma lógica privatista na educação, com o sucateamento das escolas, sob os moldes dos convênios entre Brasil e EUA”.

Ela vê com preocupação o crescimento de escolas militarizadas. “Não há pesquisas ou dados oficiais que demonstrem a eficácia pedagógica desse modelo, sendo ainda situações de experimentação. Matérias jornalísticas recentes, como uma intitulada “A militarização das escolas públicas”, publicada no site do Diplomatique, indicam existirem 120 escolas nesse modelo em 14 unidades da Federação (com destaque para o Centro-Oeste e Norte) com a previsão de mais 70 novas unidades em 2019. Somente o Estado de Goiás, pioneiro nessa forma de parceria, tem 46 e cerca de 40 em processo de militarização”.

Na avaliação da diretora do Sinpro-DF, “esses números são preocupantes porque a quantidade de escolas militarizadas indica um evidente risco para a gestão democrática já consolidada nas escolas estaduais e distrital a partir de muita luta da categoria”, alerta.

Por que ceder para a polícia minha competência de professora?

Por Mônica Caldeira*

A militarização chegou de coturno, chutando os portões das escolas públicas do Distrito Federal. De repente, ouviu-se um barulho tão grande que, ainda em meio à confusão, surpreendida, a comunidade escolar tentava se posicionar.

A pretexto de acabar com a violência contra estudantes e professores (as), a truculenta chegada de agentes de segurança pública nas escolas tem como justificativa a indisciplina de nossos estudantes como causa dos conflitos nas unidades de ensino.

Se dentro das escolas a indisciplina gera toda a violência, qual a causa da violência nas ruas, nas famílias, nas instituições, uma vez que a escola é parte da sociedade e não o início dela? Quem quer uma escola militarizada, no fundo, quer uma sociedade militarizada com guarda-costas para ir e vir. Quem tem medo do (a) filho (a) na escola, tem medo dele (a) nas ruas, nas praças, no ônibus, no shopping etc.

Penso que o termo “indisciplina” deve ser estudado antes de se tomar como verdade essa afirmação. Ele é um conceito amplo e diverso. A indisciplina pode ser confundida com opinião? O desacato pode ser confundido com argumentos?

Nós, professores(as), sabemos bem o que é indisciplina. Estudamos sua origem, causas e consequências em toda literatura que norteia nossa trajetória acadêmica. De indisciplina, nós entendemos! Não por sermos vítimas, reprodutores ou combatentes dela, mas porque ela faz parte do processo em que estamos inseridos: o da formação humana.

Desenvolver-se socialmente é um percurso trilhado pelo indivíduo que encontra nele descobertas, referências, sabores e dissabores por meio de experiências vividas. A escola é lugar de viver experiências coletivas e individuais. Reconfigurando valores em torno das relações entre pares e com a hierarquia socialmente construída (professores (as), gestores (as), funcionários (as), etc.).

Não por força da coerção, mas pela reflexão do papel social de cada um para a harmonia da sociedade como um todo. Essa é a pedagogia histórico-crítica que embasa o currículo vigente no DF. A partir da realidade do (a) estudante, problematizamos. Iniciamos a pesquisa, mediamos a catarse e o estudante devolve à sociedade sua prática transformadora.

Sendo assim, a indisciplina na educação é disciplina (matéria), recurso didático, currículo. Para nós, ela é parte da organização do trabalho pedagógico. Por isso, ela representa mais o que está fora da escola (o que o aluno traz) do que propriamente dentro dela. É na vulnerabilidade social que devemos atacar a indisciplina. Nós sabemos bem o que representa em sala de aula os efeitos da



desigualdade social e os abandonos do Estado e da Família.

Vivenciamos isso todos os dias na malcriação, no desrespeito, no nervosismo, na agitação. Melhor do que ninguém, nós, professores e professoras, viemos vencendo a indisciplina nas escolas todos esses anos. Desde àquela que não virou estatística à que não passou na televisão contribuindo para o sensacionalismo que serve como desculpa para governos negligenciarem políticas educacionais. Sempre estivemos lá frente a frente com a indisciplina. Então, Por que cederíamos nossa competência para a militarização?

Para deixar o ambiente hospitalar mais seguro, o policial empurra a porta para fazer o trabalho do médico? Não!

Que sensação de segurança é essa que estudantes padronizados e robotizados nos dariam? Haja vista que para as habilidades de escrita, leitura, cálculos e criação precisamos de alunos (as) críticos (as) e livres para pensar.

Sejamos donos do nosso saber! A agressividade no estudante é a mesma agressividade no filho, no amigo, no irmão que ele é. Há na indisciplina um reflexo social que se corrige com educação e não coerção. E educação é nossa ciência. Não precisamos ceder o espaço. Cientistas educacionais, esse é nosso local de pesquisa e das construções coletivas de soluções e mediações sociais. Que professor (a) faz planejamento sem pensar na indisciplina?

Estudamos a metodologia mais adequada, pensamos nos recursos didáticos que mais sensibilizam determinadas turmas, fazemos os diagnósticos e estratégias.

Nossa experiência conta que estudantes de cabeça baixa e mãos para trás, sem brincos, cabelos presos, lacônicos não representam o respeito e as condições de trabalho que tanto pleiteamos. É de liberdade para aprender e pesquisar que a LDB em 1996 legisla.

Sabemos muito bem que a apatia, a insegurança e a baixa autoestima são inimigas do processo ensino/aprendizagem. Trabalhamos e defendemos uma educação

emancipadora porque precisamos do aluno autônomo. O adestramento do indivíduo que tem o direito à liberdade e à diversidade na sua formação impede o desenvolvimento das competências para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Que tipo de trabalhador será o cidadão cabisbaixo e de mãos para trás?

A militarização não dá conta dessa escola. Porque a indisciplina não vira crime nas mãos de educadores. Pois, somos capazes de transformar indiferença e rebeldia em valores humanitários. O crime sim é da literatura dos militares. Não se deve equiparar indisciplina com crime. Ela faz parte do caminho da formação. Ele representa uma forte ruptura no processo de formação cidadã. Não podemos permitir que seja pré-determinado o tratamento social que se dará aos nossos (as) alunos (as) trabalhadores e trabalhadoras no futuro. Percebam: colégio militar é muito diferente de militarização das escolas públicas! Não vemos nos colégios militares alunos (as) serem tratados (as) com tanto rigor e sujeição.

Pelo contrário, nos colégios de formação militar os estudantes são vistos como intelectuais estudiosos. E assim são tratados. Enquanto que nossos (as) alunos (as) nas escolas militarizadas são subjugados (as) e rigorosamente regrados (as). Não podemos ignorar as nuances sociais dessa militarização para a população das escolas públicas. Nosso currículo está na contramão da marginalização da pobreza, está na valorização das identidades porque lidamos com pessoas que sonham em superar os obstáculos da desigualdade de oportunidades. E temos um compromisso ético com isso. Como vamos “cortar os cabelos afros” que nos trouxeram tanto reconhecimento e personalidade?

Nós formamos! Os policiais coíbem ostensivamente! A escola é lugar de formação. Nosso lugar! Precisamos pensar na dignidade dos nossos estudantes. Afinal, são eles os primeiros a reconhecer-nos!

**Mônica Caldeira é professora do CED 14, da Ceilândia, graduada em Letras e pós-graduada em gestão escolar.*

Feminicídio

Denuncie. Não se cale!

O Estado brasileiro oferece vários instrumentos de apoio às mulheres vítimas de violência, como as Deam e outros espaços de atendimento

Por Leidiane Souza

Para prestar o apoio necessário às mulheres vítimas de violência, além da Deam, há os Centros Especializados de Atendimento às Mulheres (Ceam), Centros de Referência de Assistência Social do Brasil (Cras), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), Centros de Referência Especializados para Pessoas em Situação de Rua (Centros POP) e a Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência (Decrin), que investiga, até mesmo, crimes de discriminação contra mulheres trans.

Esses locais são utilizados para acolhimento e atendimento psicológico, social, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência. Além dos centros, há também o Programa Superando a Violência, que oferece atendimento e proteção às vítimas de violência e também aos familiares. O contato é realizado pelo e-mail provitima@sejus.df.gov.br, ou, diretamente, na sede, na Estação Rodoferroviária. E outros meios.

Outro importante instrumento de apoio às mulheres é a Casa da Mulher Brasileira (CMB), que está com suas atividades paralisadas há mais de um ano em razão de problemas estruturais e da morosidade do governo em acelerar as obras necessárias. No início de 2019, a promessa era a de que a casa voltaria a funcionar, ainda que parcialmente, e isso não aconteceu.

Uma personagem importante nessa luta tem sido a deputada distrital Arlete Sampaio (PT). A parlamentar encabeçou a causa e ajudou diversas mobilizações. Para ela, ainda há um longo caminho a percorrer. “Uma das maiores reivindicações que temos trabalhado desde o início do atual mandato é a reabertura da Casa da Mulher Brasileira. Aqui no Distrito Federal, a CMB nunca ficou aberta com 100% da capacidade e foi fechada por problemas na construção. A nossa grande reivindicação é a de que se lute pela reabertura total desse equipamento fundamental para atender à mulher em situação de fragilização que a faz sofrer por ser vítima de violência. Se o Estado não tomar providências, a mulher vai ser vitimada pelo feminicídio”, alerta a deputada.

Mulheres mostram, nas ruas, que a união é a forma de vencer a violência do patriarcado





Dia Internacional da Mulher de 2019 reuniu milhares de mulheres nas ruas das principais cidades do país e do mundo contra a violência sexista

Violência

Brasil é o 5º pior país para as mulheres viverem

Nos últimos 12 meses, 1,6 milhão de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento, enquanto 22 milhões (37,1%) passaram por algum tipo de assédio, diz levantamento do DataFolha

Por Leidiane Souza

O Brasil ainda convive com a dura realidade de uma mulher morta a cada duas horas. Um levantamento da Organização Mundial da Saúde (OMS) dá conta de que o país é o quinto mais perigoso para mulheres no mundo com taxa de mortalidade feminina de 4,8 para cada 100 mil mulheres. Ou seja, o Brasil ocupa, em 2019, o quinto lugar no ranking entre 84

nações pesquisadas com maiores taxas de mortalidade feminina.

Esses dados foram divulgados no início de 2019. Jackeline Romio, mestre em demografia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), afirma que mais de quatro mil mulheres morrem, anualmente, no país vítimas de agressão física e que 60% dessas mulheres são vítimas de feminicídio.

Levantamento do Ministério da Saúde (MS) dão conta de que, em 2017, houve 4.787 óbitos de mulheres por agressão e, desse número, 2.577 ocorreram por meio de armas de fogo. Outros 1.101, por objetos perfurantes. O nível de crueldade contra a vida das mulheres no Brasil é alarmante.

O Mapa da Violência contra a Mulher com dados de 2018, produzido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Câmara dos Deputados, analisou 140.191 notícias veiculadas pela imprensa brasileira entre os meses de janeiro e novembro de 2018 e constatou que, somente nesse período, foram identificados 68.811 casos de violência, divididos em cinco categorias: importunação sexual, violência online (crimes contra a honra), estupro, feminicídio e violência doméstica.

No caso de feminicídio, ou seja, o assassinato de mulheres motivado por discriminação pela condição feminina, o estudo da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher informa que foram registradas 15.925 notícias, com 95% dos assassinos sendo maridos, namorados ou ex-companheiros.

Em relação à pior de todas as violações, o feminicídio, foi criada, em 2015, a Lei nº 13.104, que classifica o crime de gênero no rol de delitos hediondos, como estupro, genocídio e latrocínio. Essa lei só foi elaborada e sancionada graças à luta do movimento feminista do Brasil. As penalidades para os criminosos (feminicidas) podem chegar a reclusões que variam de 12 a 30 anos, e é inafiançável. A tipificação do crime foi um passo importante na preservação da vida das mulheres e comemorado por dar visibilidade e mostrar com mais precisão o cenário da desigualdade de gênero no país. Porém, apesar dos avanços, os índices de violência crescem diariamente.

Um levantamento recente do Instituto Datafolha, encomendado pela ONG Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP),

indica que, nos últimos 12 meses, 1,6 milhão de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento no Brasil, enquanto 22 milhões (37,1%) de brasileiras passaram por algum tipo de assédio. Indica que 42% dos casos de violência ocorreram no ambiente doméstico. Mostra que, após sofrer uma violência, mais da metade das mulheres (52%) não denunciou o agressor ou procurou ajuda. Além disso, apenas 8% dos municípios brasileiros têm delegacias da mulher.

No Distrito Federal os crimes violentos contra a mulher registram números alarmantes. A Secretaria de Segurança Pública (SSP) informa que só em dezembro de 2018 houve 29 casos de feminicídio, enquanto, nos primeiros 30 dias de 2019, foi registrado um caso por semana. Para a psicóloga do Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM), Naiara Silva Oliveira, que atua na política de enfrentamento à violência contra a mulher, é preciso trabalhar essa temática desde cedo e desconstruir esse pensamento machista de poder que está naturalizado em diferentes níveis na sociedade.



Tati Magalhães no dia Internacional da Mulher de 2019: O machismo mata!



A psicóloga Naiara diz que o lugar mais perigoso para a mulher, muitas vezes, é dentro do próprio lar

“A violência acontece justamente quando o masculino sente como se estivesse perdendo esse poder e, para reafirmá-lo, utiliza a força e a violência. Precisamos ensinar aos nossos meninos a respeitarem seus limites e mostrar para as meninas, e para os meninos também, que elas podem ocupar todos os espaços e também terem poder. É preciso pensar em políticas imediatas para formar uma rede integrada de proteção, que englobe saúde, segurança e assistência às mulheres. O não funcionamento dessas engrenagens pode custar a vida daquelas que necessitam de apoio”, afirma.

A psicóloga explica que o lugar mais perigoso para uma mulher é dentro do próprio lar, local que, em tese, deveria ser de refúgio, paz e segurança. Isso porque a maioria dos assassinatos é companheiros, ex-companheiros, namorados e esposos. Dentre as diversas ocorrências registradas DF, um caso, logo nas primeiras semanas de 2019, chocou a capital do país.

O que a princípio parecia apenas um incêndio, mostrou-se mais um terrível crime que entrou para as estatísticas. As investigações preliminares apontaram que Veigma Martins, 56 anos, foi atingida com cinco facadas no tórax, antes de ter seu corpo carbonizado pelo ex-marido. A vítima havia denunciado o marido pela Lei Maria da Penha, em março de 2018 e, segundo o delegado do caso,

existia um histórico de ameaças por parte do companheiro que anunciava, frequentemente, que iria matá-la e, em seguida, atentar contra a própria vida.

Thaís Romanelli, diretora do Sinpro-DF, explica que “muitas vezes, a condição de submissão financeira da mulher gera no homem uma sensação irreal de posse e, quando essa mulher consegue sair desse relacionamento, que normalmente já é abusivo, ele se acha no ‘direito’ de matá-la”.

Um levantamento do Conselho Nacional de Justiça do (CNJ) mostrou que existem mais de 10 mil casos de violência de gênero e assassinatos de mulheres pendentes em todos os Tribunais de Justiça do Brasil. Um deles, que pode ser enquadrado como femicídio, é o caso de Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro pelo PSOL.

Ela foi executada no dia 14 de março de 2018. Um ano depois do crime, as investigações seguiam de forma complexa e tumultuada. Dois dias antes de completar um ano sem desfecho, policiais da Divisão de Homicídios da Polícia Civil e promotores do Ministério Público do Rio de Janeiro prenderam os ex-policiais militares, Ronnie Lessa e Elcio Vieira de Queiroz, acusados de executar a vereadora e seu motorista com 13 tiros.

Todavia, a pergunta que fica é: quem mandou matar Marielle? As investigações, em fase inicial, apontaram para um crime de motivações políticas, entretanto, diversos especialistas afirmam que também existem traços de crime de gênero e homofobia na execução da vereadora. Na avaliação de Ela Wiecko, coordenadora do Comitê Gestor de Gênero e Raça do Ministério Público Federal (MPF), em entrevista para o portal Huffpost, “tudo que Marielle representa, a plataforma dela, tem uma resistência desse patriarcado brasileiro que está na política”.

Wiecko vê os discursos agressivos contra mulheres como uma reação aos avanços femininos mundiais, desde o movimento sufragista, no século XIX, até alterações na legislação penal brasileira. “A partir dos anos 1960, depois da Segunda Guerra Mundial, a

gente está mexendo com as estruturas e esse poder patriarcal não suporta isso”, afirmou.

Para a viúva de Marielle Franco, Mônica Benício, não há dúvidas de que o crime se enquadra como feminicídio. Ela afirma que, no Brasil, somente as relações de poder são respeitadas e a única nomenclatura que poderia proteger Marielle era o título de parlamentar.

“O assassinato de Marielle representa um ataque à democracia e aos direitos humanos. O que a matou foi a estrutura preconceituosa que forma o país: o machismo, o racismo, a lgbtfofia. Se fosse um homem, certamente, haveria resguardo que o colocaria numa condição diferente. Quem planeja uma execução como essa não tem dúvidas de que a assassinou por pensar que era mais frágil e que não haveria repercussão”, assegura.

Mônica ressalta ainda que o crescimento da violência contra as mulheres está atrelado à relação de medo da maioria dos homens brancos e heterossexuais de perderem seus privilégios. Para ela, cada indivíduo deve dar um passo atrás em suas regalias individuais para que a sociedade seja mais justa e igualitária para todas e todos. “Feminismo é uma revolução que busca construir outro modelo de sociedade. Vemos um atual governo, com um discurso machista muito forte, contra mulheres. As pessoas que compartilham, minimamente, das ideias desse Presidente da República se sentem legitimadas a cometer as mesmas ações. Não podemos nos acuar. Precisamos

fazer o enfrentamento e criar uma rede de solidariedade para que as mulheres se sintam seguras em todos os espaços, incluindo aí, nos seus locais de denúncias. Ainda há muito o que avançar e uma das alternativas para combater o problema da violência está na desconstrução do machismo por meio da educação. Essa é a chave para romper com o ciclo de violência. Não passa pela discussão de meninas vestem rosa e meninos vestem azul”, afirma Mônica.

Camila Inácio, diretora de comunicação do Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural do GDF (Sindsasc) e assistente social no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas), afirma, por sua vez, que outro ponto de partida no combate à violência de gênero está na assistência social. Entretanto, o poder público lida com descaso.

A assistente social denuncia a falta de investimentos financeiros e humanos suficientes no sistema. “É preciso disponibilizar orçamento para que as unidades funcionem da forma deveriam. Precisamos de concursos para acabar com a sobrecarga de trabalho, bem como solucionar os problemas estruturais das unidades de acolhimento”, afirma.

A sindicalista explica que um dos pontos que fazem com que as mulheres continuem em relacionamentos abusivos, muitas vezes, é a dependência financeira. Por isso, é fundamental que as mulheres lutem pela valorização e a defesa dos direitos, até mesmo participem e fortaleçam as ações de enfrentamento contra a reforma trabalhista e da Previdência, iniciativas que se materializadas como quer o governo Jair Bolsonaro (PSL), fragilizam as relações de trabalho e agravam ainda mais a vulnerabilidade social das mulheres.

“Nós, mulheres, não podemos nos sentirmos acuadas e nem nos esquecermos da luta em defesa dos nossos direitos, principalmente, no contexto de constantes ataques. Vamos ser protagonistas da nossa própria história e ocupar todos espaços”, aclama.



Thaís Romanelli Leite, diretora de Assuntos Culturais, explica que a dependência financeira mantém as mulheres em relacionamentos abusivos



A delegada da Deam, Sandra Melo, diz que em briga de marido e mulher tem de se meter a colher sim, denunciar a violência e que é necessária a intervenção de familiares

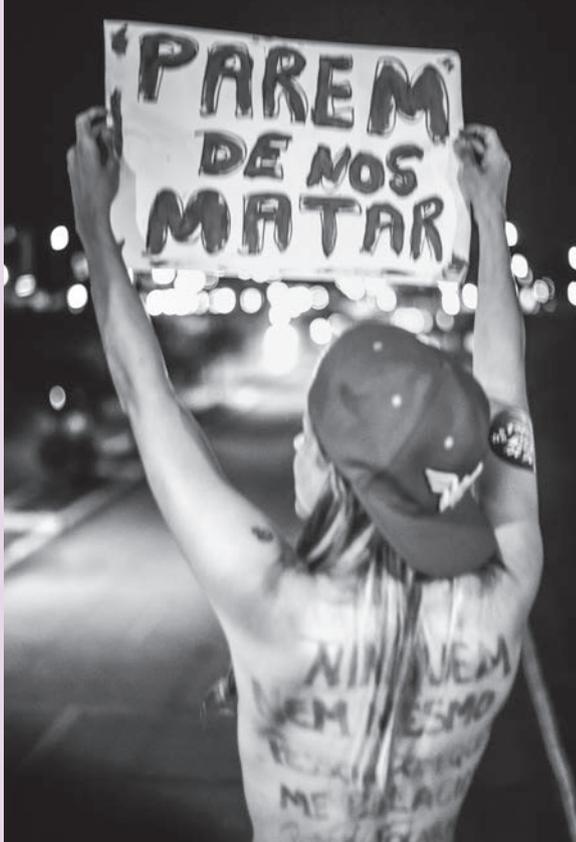
Como identificar os tipos de violência

A delegada-chefe da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam) do Distrito Federal, Sandra Melo, nas classificações de crimes estão a violência domiciliar, sexual, crime cibernético, violência patrimonial, violência moral, importunação sexual, pressão psicológica, ameaças e o ápice da violência: o feminicídio. Para ela, ao contrário do ditado popular antigo que diz que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. É justamente o contrário: tem de denunciar a violência contra a mulher.

Ela diz que é necessária a intervenção de familiares, amigos e da sociedade. Para isso, a população tem à disposição o Disque Denúncia 197 e também o 180 que recebe denúncias de casos de violência de gênero. As denúncias podem ser anônimas.

ESTUPRO – É definido como qualquer conduta, com emprego de violência ou grave ameaça, que atente contra a dignidade e a liberdade sexual de alguém, sem consentimento da vítima. Não é preciso haver penetração para que o crime se caracterize como estupro. Desde 2009, o Código Penal Brasileiro prevê, no artigo 213, que o estupro acontece quando há, com violência ou grave ameaça, “conjunção carnal ou prática de atos libidinosos”. As penas variam de 6 a 10 anos de prisão, podendo ser agravadas caso o crime resulte em morte, lesões corporais graves ou for praticado contra adolescentes.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – Agressão praticada entre os membros que habitam um ambiente familiar em comum. Pode acontecer entre



pessoas com laços de sangue (como pais e filhos), ou unidas de forma civil (como marido e esposa, pai e filha, namorado e namorada). A violência sempre acontece motivada por um sentimento de posse sobre a vida e as escolhas da mulher. As agressões podem ser de natureza física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Segundo a Agência Patrícia Galvão, cerca de 30% das mulheres que disseram ter sido agredidas pelo parceiro afirmam que foram vítimas tanto de violência física como de violência sexual; mais de 60% admitem ter sofrido apenas agressões físicas; e menos de 10% contam ter sofrido apenas violência sexual.

FEMINICÍDIO – Trata-se de crimes de gênero pela condição de ser mulher. Geralmente, são crimes carregados de traços de ódio, que visa à destruição da vítima e também pode ser combinado com as práticas da violência sexual, tortura e/ou mutilação da vítima antes ou depois do assassinato.

CRIMES CONTRA A HONRA – Esse tipo de delito tem como objetivo se vingar da vítima por meio do constrangimento, como calúnia, difamação, injúria, divulgação de fotos íntimas. Muitas vezes, episódios de constrangimento levam meninas e jovens adultas a desencadear doenças psíquicas gravíssimas, como a

depressão. Há casos ainda mais graves, que culminam com o suicídio da pessoa.

IMPORTUNAÇÃO SEXUAL – É a prática de ato libidinoso contra alguém sem o consentimento dessa pessoa para satisfazer o próprio desejo ou o de terceiros. Com a nova legislação, os crimes sexuais são ações penais públicas incondicionadas, ou seja, todos os casos terão de ser investigados e processados pelo Estado ainda que a vítima não queira. Para ser considerado um crime de importunação sexual, basta que o agressor realize algum ato libidinoso ou de cunho sexual contra a vítima. Pode ser a encoxada, o tocar nos seios, o passar a mão nas nádegas, nas pernas e também pode ser o caso em que agressor se masturba e ejacula na vítima, mesmo que não se encoste no corpo dela.

A delegada da Deam, Sandra Melo, afirma que é preciso desconstituir esse paradigma de que há hierarquia entre homens e mulheres. Segundo ela, o Brasil precisa de leis específicas porque este é o segmento que está sendo assassinado, além de serem grupos sociais mais vitimados pela discriminação e pela violência.

“Torço para que um dia não precisemos mais de leis específicas ou de vagões separados. Devemos seguir resistindo e sermos, totalmente, intolerantes com qualquer tipo de violência que venhamos a sofrer. Nossas queridas professoras são a base para a mudança. Vocês são nossas primeiras formadoras de opinião e são as responsáveis por abrirem um mundo completamente novo aos(às) nossos(as) pequenos(as) e resgatar os valores de respeito e tolerância. A educação é o caminho para uma sociedade diferente e é preciso que trabalhem para garantir e tornar os direitos das mulheres efetivos”, concluiu a delegada.

Sinpro-DF: 40 anos de luta em defesa das mulheres

Por Leidiane Souza

A categoria do magistério público no Distrito Federal é formada, majoritariamente, por mulheres, cerca de 80%. Pensando nisso, o Sinpro-DF sempre fortaleceu a luta para atender às diversas demandas desse segmento.

Uma das conquistas, sem dúvida, foi a gestão democrática, que atuou para viabilizar a rotatividade das relações de poder nas escolas, permitindo que professoras ocupassem os cargos de direção. Vale também ressaltar o pioneirismo do Sinpro-DF na criação da primeira Secretaria de Assuntos e Políticas para as Mulheres Educadoras do movimento sindical no Distrito Federal e que serviu de exemplo para os demais sindicatos.

Eliceuda França, diretora da Secretaria de Assuntos Culturais, foi três vezes coordenadora da Secretaria de Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras. Ela conta que a pasta foi criada em 2006 para atender às reivindicações e às necessidades da categoria que, por sua vez, majoritariamente, feminina.



Ela diz que celebrar os 40 anos do Sinpro-DF com a certeza de que as mulheres educadoras sempre estiveram na luta é reconhecer que a participação feminina fez a grande diferença nas conquistas da categoria. “Sempre nos organizamos nas instâncias do nosso sindicato para fortalecer a nossa história. Foi uma construção: desde a condição de ocupar o espaço na direção da entidade pela proporcionalidade até, a mais recente, que foi dividir o caminhão de som com o microfone, estabelecendo a paridade também nas falas”, lembra.

A *revista Sinpro Mulher*, é considerada também uma demonstração de que o Sinpro-DF está sempre à frente do seu tempo nos avanços e conquistas de direitos humanos. O periódico é uma manifestação da importância do feminismo no movimento docente e busca refletir a história das mulheres educadoras que lutam para ter igualdade de direitos, de participação, de oportunidade, entre outras.

Para reforçar seu protagonismo no combate à violência de gênero, a diretoria colegiada do sindicato aprovou e produziu sua agenda anual de 2019 com a temática do feminicídio. Totalmente dedicada às mulheres, o conteúdo da agenda deste ano teve o objetivo de esclarecer e reforçar a discussão sobre esse tema em diversos espaços. Também dedicou o seu anual Concurso de Redação e Desenho a esse assunto. O tema do concurso foi “Femicídio: ato final da violência doméstica”.

Solange Buosi, diretora de Organização e Informática do sindicato, explica que a luta de milhões de mulheres no mundo inteiro tem gerado diversos avanços. Em razão dessa

Eliceuda França, diretora da Secretaria de Assuntos Culturais, diz que a revista Sinpro Mulher foi um dos grandes avanços do Sinpro-DF na luta das mulheres



luta, hoje, elas contam com mecanismos que garantem amparo contra diversas violações. Conectado com seu tempo e com os problemas da categoria, o Sinpro-DF tem acompanhado esses avanços, porém, ainda há muito o que ser feito.

“A violência sofrida por companheiras no Brasil e no mundo acontece porque estamos dentro, envolvidas e submetidas ao sistema patriarcal. O machismo está impregnado na sociedade, até mesmo nas entidades representativas da classe trabalhadora. Isso prejudica a toda a sociedade e contribui para o aumento dos índices de violência. Em tempos de ataques a direitos sociais, trabalhistas, humanos e de retrocessos políticos e econômicos, temos de intensificar, fortalecer e nos unirmos na luta para garantir o constante esclarecimento e enfrentamento a todo tipo de violência gênero. Jamais recuaremos”, afirma a sindicalista.



Solange Buosi, diretora de Organização e Informática, diz que o machismo está impregnado na sociedade



Diretoras da Secretaria para Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras, Vilmara, Goretti e Ruth, na gestão 2016-2019

Fake news

A era da pós-verdade, *fake news* e esvaziamento dos discursos

Numa conjuntura como a que o Brasil vive hoje, torna-se imprescindível a utilização de metodologias que estimulem a leitura crítica nas escolas

Por Carla Lisboa

A professora do Departamento de História da UnB, Cristiane Portela, alerta para a importância de se compreender por que, para quem e para quem certas narrativas históricas interessam. Ela se refere ao debate sobre esquerda e direita que ocorre hoje no país.

“Quero dizer que, no limite, há de se considerar o que significam expressões como “direita” e “esquerda” em cada contexto. No cenário atual, além de um discurso simplório e reducionista, que remonta aos tempos da guerra fria e do macarthismo, categorizam-se, em um mesmo grupo, indivíduos e orientações políticas consideravelmente heterogêneos”.

Ela afirma que, em virtude desse discurso simplório de “esquerda *versus* direita”, surgem leituras esdrúxulas oriundas desse

esvaziamento, desde pedidos de intervenção militar até apologias a torturadores e junto a isso, como mais uma fratura na democracia brasileira, a ideia de que os direitos humanos consistem em pauta de “esquerdistas que protegem bandidos”.

“Perdemos todos, portanto, quando qualquer leitura torna simplista a complexidade dos interesses envolvidos, afinal, como nos lembra o filósofo italiano Norberto Bobbio, no Dicionário de Política, edição de 1995, esquerda e direita não indicam apenas ideologias, e sim programas contrapostos e que se contrastam não só por ideias, mas também por interesses e valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade. Parece-me que essas categorias foram tão esvaziadas semanticamente pelos setores ultraconservadores que é arriscado que segmentos progressistas reforcem essa dicotomia”, afirma.

ERA DA PÓS-VERDADE: FANTASIAS – Muito se anuncia hoje sobre estarmos vivendo numa era de pós-verdade. Segundo o Dicionário Oxford, define-se como pós-verdade aquilo que é “relativo ou referente a circunstâncias nas quais os fatos objetivos são menos influentes na opinião pública do que as emoções e as crenças pessoais”.

Apesar de não ser nenhuma novidade, as chamadas *fake news*, informações falsas ou ao menos distorcidas, atualmente espalhadas por meio de redes sociais, tornaram-se uma

Rosilene, diretora da Secretaria de Finanças, diz que as fake news fazem parte de uma nova modalidade de guerra informativa



epidemia no mundo inteiro. “Elas fazem parte de uma nova modalidade de guerra informativa, usada com objetivos políticos, que já rendeu grandes benefícios nas últimas eleições dos EUA, elegendo o ultraconservador Donald Trump para presidente”, lembra Rosilene Corrêa, coordenadora da Secretaria de Finanças do Sinpro-DF.

Ela diz que o Brasil desponta, já há algum tempo, como um dos maiores fabricantes de *fake news* do mundo. “Esse processo de construção de mentiras e inverdades na mídia sempre houve, mas se intensificou de forma alarmante e profundamente nefasto no prelúdio do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Naquele período se intensificou a produção das *fake news* no Brasil, culminando com a eleição de Jair Bolsonaro.”

Os elementos estão prontos: um país muito ativo nas redes sociais, com uma forte polarização ideológica que se reflete, claramente, na Internet. Para a professora da UnB, Cristiane Portela, importa, sobretudo, perceber que a “verdade”, assim como as “fantasias”, constituem lugares de poder, sendo, pois, narrativas em disputa.

Ela cita o historiador Durval Muniz (2007) ao argumentar que os acontecimentos são (ou pelo menos deveriam ser) tratados como indícios por meio dos quais se tenta identificar o momento da invenção. Com isso, surgiriam seus agentes, os interesses, conflitos e contradições inerentes ao processo de emergência dos eventos.

“Deste modo, o fato histórico é um misto de matéria e memória, de ação e representação, fruto de uma pragmática que articula a natureza, a sociedade e o discurso. Às escolas,

nessa conjuntura, torna-se ainda mais imprescindível a utilização de metodologias que estimulem a leitura crítica da mídia por parte dos(as) estudantes. Para a História, torna-se urgente que as pesquisas extrapolem os muros das universidades e que estejamos atentos e dispostos à produção de uma história pública, enfrentando os desafios de problematizar temas sensíveis e memórias traumáticas relativas à história do Brasil”, diz.

A EDUCAÇÃO, O KIT GAY E AS NOTÍCIAS FALSAS – A corrida presidencial de 2018 no Brasil foi muito semelhante à dos Estados Unidos da América (EUA), em 2016: ambas marcadas pela intensa presença das *fake news*. O próprio Bolsonaro mentiu para atingir o seu adversário Fernando Haddad, citando o caso do kit gay, no dia 9 de outubro de 2018, numa entrevista à rádio Jovem Pan.

O fato é que Fernando Haddad não criou nenhum “kit gay”. O termo pejorativo é usado por críticos para se referir ao Escola sem Homofobia: um material composto por um caderno e peças impressas e audiovisuais encomendado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados ao Ministério da Educação (MEC) e elaborado, em 2011, quando Haddad era ministro da Educação, por um grupo de ONG especializadas.

A cartilha desse conteúdo tinha como principal objetivo promover “valores de respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual”. Não há no documento nenhuma orientação que justifique a alcunha “kit gay”. Ainda, assim como o kit gay, milhares de *fake news* foram usadas nas redes sociais durante a campanha eleitoral de Bolsonaro para lhe favorecer nas urnas.

Cultura antidepressiva: um mecanismo de silenciamento das mulheres

Nos últimos 12 meses, 1,6 milhão de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento no Brasil, enquanto 22 milhões (37,1%) de brasileiras passaram por algum tipo de assédio

Por Luis Ricardo Machado

Uma pesquisa sobre a cultura brasileira hospitalocêntrica e medicalizada revelou que uma grande parcela das mulheres é silenciada pela distribuição de medicamentos psiquiátricos. A constatação é resultado de uma investigação realizada pela jornalista Cristiane Pereira dos Santos, militante da área de Saúde da Central de Movimentos Populares.

A expressão “hospitalocêntrica”, segundo o site do Dicionário Informal, é um neologismo criado para expressar “os cuidados da saúde em hospitais, uma remediação com a doença já instalada, em vez de utilizarem a forma de prevenção primária (não precisariam ir ao hospital)”. De acordo com o site do

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, o termo “medicalizada” designa “o que se medicalizou”; “que tem o que é necessário para prestar assistência médica (ex.: ambulância medicalizada; residência para idosos medicalizada)”.

Com um olhar voltado para as práticas alternativas de saúde e para a automedicalização, atitude característica da cultura brasileira, Cristiane analisou o sistema Horus, do Ministério da Saúde, no qual foi possível averiguar dados dos centros e postos de saúde, bem como das Unidades de Pronto Atendimento (UPA).

A partir dos dados obtidos no sistema integrado de controle da medicalização e da prescrição de remédios, a pesquisadora constatou que a dispensação (distribuição) de medicamentos psiquiátricos para mulheres na atenção básica revela um mecanismo de silenciamento em que situações, como a violência, os direitos sexuais, os direitos reprodutivos, a narrativa de gênero, entre outras coisas, são mascarados e, muitas vezes, até sufocados.

A depressão nas mulheres há muito se tornou um grave problema de saúde pública e uma das principais causas de incapacitação. A literatura psiquiátrica tem revelado que a mulher



Gilza Camilo, da Secretaria de Assuntos de Saúde do Trabalhador, diz que a depressão é a doença que mais afeta as mulheres

apresenta maior vulnerabilidade à depressão em razão da influência do ciclo reprodutivo feminino e das diferentes fases e oscilações hormonais pelas quais passam durante a vida.

Dentre os diagnósticos frequentes, segundo dados obtidos pela pesquisa, destaque para as queixas inespecíficas, as poliqueixosas, o choro imotivado e as desigualdades de gênero (violência de gênero, dupla jornada e obesidade).

Diante dessa realidade, que, na maioria das vezes, é destruidora para as mulheres, a pesquisadora afirma que além de dar foco ao problema, a investigação visa a “evitar a medicalização da sintomatologia decorrente da situação social imposta à mulher por meio da consideração do seu mundo simbólico, sua subjetividade e sua cultura, bem como pela implantação de práticas interdisciplinares nas unidades de saúde”, afirma Cristiane.

CULTURA ANTIDEPRESSIVA – Estudos mostram que a cultura ansiolítica, ou antidepressiva, direcionada às mulheres é uma infeliz realidade. A prescrição de medicamentos ansiolíticos para os homens ocupa apenas a sexta posição. “Quando comparei a prescrição para mulheres e homens, percebi que o abismo é enorme. Os homens usam muito a dependência química (alcoolismo) para resolver seus

problemas emocionais. As mulheres poderiam lidar melhor com as suas dores, com seus problemas mentais e emocionais se não fossem silenciadas por um terceiro”, relata Cristiane.

Ela diz ainda que “os homens financiam suas emoções por eles mesmos. Eles mesmos resolvem bebendo, jogando futebol e fazendo outras coisas. As mulheres não. São silenciadas pela sociedade de várias formas e, uma delas, é a prescrição de remédios de tarja preta, ansiolíticos e antidepressivos”, afirma.

Durante a pesquisa, Cristiane identificou um elevado número de receituário com remédios ansiolíticos, exemplo do Cloridrato de Amitriptilina (ansiolítico). Esse é o segundo remédio mais prescrito para mulheres na atenção básica. Antes dele são medicadas apenas anti-inflamatórios, remédios de digestão e analgésicos. “É assustador porque, quando olhamos os diagnósticos frequentes, os médicos escrevem: queixas inespecíficas, políticas, choro imotivado. Daí já enfiam antidepressivo. E antidepressivo dopa as mulheres. Silencia as mulheres”, alerta a jornalista.

ADOCIMENTO DA CATEGORIA – Esses “remédios” fazem parte do mundo das professoras e professores das rede pública de ensino. O estresse, a ansiedade, os problemas de voz, a fadiga e a depressão estão entre os principais distúrbios que acometem as(os) professoras(es). A constatação faz parte da pesquisa realizada com os 762 delegadas(os) da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

“O resultado levou em consideração aspectos pessoais e profissionais, condições físicas das escolas e a incidência de tudo isso na saúde das(os) educadoras(es), bem como a relação delas(es) com os meios de comunicação e a cultura, afirma Maria Cristina Sant’Ana Cardoso, diretora da Secretaria de Finanças do Sinpro-DF.



Maria Cristina, da Secretaria de Finanças, destaca a pesquisa da CNTE com as delegadas sindicais



Cristiane fez um estudo sobre a cultura hospitalocêntrica e medicalizada no Brasil

Gilza Camilo, diretora da Secretaria de Saúde do Sinpro-DF, afirma que a depressão é uma doença crescente, que acomete diversas(os) trabalhadoras(es). As maiores vítimas são as mulheres e esses dados estão à disposição no Anuário Estatístico da Previdência Social, que, na edição de 2017, trouxe um alerta sobre o crescimento dos transtornos mentais e comportamentais, segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID).

“No magistério, essas doenças são as que mais afastam o público feminino da sala de aula. A preferência pelo uso de medicações para uma solução rápida contribui para a reincidência do mal. Os transtornos depressivos são caracterizados pela presença de humor triste, vazio ou irritável, acompanhado de alterações somáticas e cognitivas que afetam, significativamente, a capacidade de funcionamento do indivíduo”, denuncia Gilza.

Luciane Kozicz, psicóloga do Sinpro-DF, diz que outros aspectos pioram ainda mais essa situação. O Sinpro-DF tem buscado oferecer um conjunto de ações e de procedimentos que contribuam para diminuir o sofrimento das(os) professoras(es) no ambiente do trabalho. Para isso, criou um novo serviço para atender às(aos) docentes do Distrito Federal. Além de oferecer uma escuta realizada com profissional especializado no assunto, as informações coletadas irão subsidiar as ações do sindicato no relacionamento com a Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEEDF).

“Tudo isso para propor ações preventivas na relação saúde-trabalho e evitar o adoecimento das professoras e dos professores. Os diálogos com os grupos e a análise dos riscos psicossociais resultarão em relatório consolidado que dotará os diretores do Sinpro-DF de subsídios para planejar ações e estratégias de ação que beneficiem toda a categoria”, informa a psicóloga.

Regina Célia T. Pinheiro, diretora da Secretaria de Política Educacional do Sinpro-DF, assegura que “tudo isso mostra que a mulher, hoje, é tolhida em vários aspectos da sua vida, além de sofrer com uma cultura extremamente machista, em que a prescrição de remédios antidepressivos se coloca como a única saída para as ausências e problemas que passamos. No magistério público, a questão não é diferente, com o agravante de as professoras sofrerem com a falta de estrutura, de políticas públicas para elas e de respeito por parte dos governantes e muitas vezes da própria sociedade”.



Regina, diretora da Secretaria de Política Educacional, diz que hoje a mulher é tolhida até nas questões de saúde

A literatura infantil e a consolidação do patriarcado

Por Maria Goretti Oliveira Cunha*

As mulheres continuam sendo discriminadas, estupradas, violentadas, desrespeitadas e mortas e são objetos de investigação dos estudos sociais de gênero. Esses estudos têm revelado que, para além do machismo, as violências são originadas, alimentadas e consolidadas pelo complexo sistema do patriarcado que define regras sociais, incluindo aí as que subjugam a mulher e a mantém como patrimônio do homem.

Na educação formal e informal, as histórias infantis utilizadas como “cultura”, muitas vezes são o dispositivo que planta as primeiras sementes do patriarcado no ser humano. Branca de Neve e os Sete Anões, A Bela Adormecida, Cinderela, Chapeuzinho Vermelho, entre outras, infundem na mente das crianças os conceitos que o patriarcado quer solidificar na sociedade como única forma de organização social.

Uma professora do Rio Grande do Sul, que não quis se identificar, utilizou os contos de fadas para refletir e discutir o machismo. (UFFPOST), em sala de aula. Com outro olhar para essas histórias infantis, ela questiona que tipo de cidadã e cidadão estamos formando.

As perguntas feitas pela professora foram:



Quem disse que toda princesa precisa de príncipe? Quem disse que toda princesa precisa ser beijada enquanto dorme? Quem disse que precisamos ser salvos por alguém? Diante destes questionamentos, esta professora desenvolveu uma verdadeira mudança de paradigma na cabeça destas crianças.

As questões levantadas, por ela, refletem o quanto os contos infantis são danosos para a formação das crianças. Nestes contos, os homens são sempre vistos como heróis e as mulheres vistas como as frágeis e dependentes deles (inclusive para existir- voltar a viver), o mais importante para elas é estarem sempre lindas, esperando serem salvas pelo príncipe. Além de estimular o espírito de posse aos homens, ainda estimula a cultura do estupro, como o beijo sem permissão na bela adormecida.

O racismo, também, é bastante fomentado nessas historinhas. A história da branca de neve enaltece a branquidão da pele. Imagine como fica a cabeça de uma criança negra ao ouvir ou ler histórias em que são excluídas, simplesmente, por não serem brancas. As histórias das lindas princesas negras, da cultura dos ancestrais africanos são omitidas, são desconhecidas e escondidas a sete chaves.

Em vez de incentivarmos as crianças a se identificarem com princesas frágeis, somente brancas e falsos príncipes, é necessário que contemos histórias de mulheres guerreiras e homens guerreiros que contribuem para honrar a nossa história, como Dandara, Zumbi, Chico Mendes, Marielle e tantas outras pessoas que lutaram por um mundo melhor, mais igualitário e com menos hipocrisia.

** Maria Goretti Oliveira Cunha é professora da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal e diretora do Sinpro-DF*



(Dado Ruvic/Reuters)

Redes sociais

Fake news e a eleição de Jair Bolsonaro

Levantamento do site Congresso em Foco dá conta de que em cerca de 70 dias, desde o início da campanha eleitoral de 2018, foram desmentidos mais de 100 boatos

Por Carla Lisboa

Um levantamento da organização Avaaz apontou que 98,21% dos eleitores do presidente Bolsonaro foram expostos a uma ou mais notícias falsas, diariamente, durante a eleição de 2018 e que 89,77% acreditaram que tais notícias eram verdadeiras.

Realizada pela Idea Big Data, entre os dias 26 e 29 de outubro de 2018, com 1.491 pessoas em todo o país, a pesquisa analisou informações

veiculadas pelo Facebook e pelo Twitter.

O candidato da extrema direita Jair Bolsonaro aparece nas pesquisas como o favorito para vencer o segundo turno da eleição presidencial, em outubro de 2018, com mais de 50% das intenções de votos totais.

FAKE NEWS PREJUDICA MEDICINA, PESQUISAS CIENTÍFICAS E EDUCAÇÃO – Um levantamento realizado pelo site Congresso em Foco dá conta de que em cerca de 70

dias, desde o início da campanha eleitoral de 2018, foram desmentidos mais de 100 boatos contra o candidato à Presidência da República Fernando Haddad. O levantamento mostrou que, ao todo, foram 123 checagens de boatos diretamente ligados a Haddad e ao candidato de extrema direita Jair Bolsonaro desmentidos.

Nos Estados Unidos da América (EUA) ocorreu o mesmo em 2016. Após a polarizada e contaminada eleição presidencial norte-americana e seus desdobramentos com a eleição de Donald Trump para a Presidência da República, cientistas norte-americanos passaram a se dedicar com mais intensidade aos estudos sociológicos, antropológicos, psicológicos etc. para tentar explicar e remediar o fenômeno das notícias falsas.

Num congresso realizado em 2017, a Associação Americana para o Progresso da Ciência dedicou boa parte do seu tempo aos debates sobre *fake news*. Dominique Brossard, pesquisadora da Universidade de Wisconsin, uma das palestrantes, afirmou, na época, que "de tanta repetição incorreta, a expressão *fake news* acabou perdendo o significado original, ou seja, o de notícias construídas para enganar o público e que, ao mesmo tempo, atendem a algum interesse escuso no campo da política ou no setor monetário etc."

Um exemplo de dano das informações falsas para a imagem da ciência é aquele causado por um artigo científico fraudulento que associou a aplicação de vacinas para sarampo, caxumba, meningite, rubéola ao aparecimento do autismo em crianças.

Outro assunto científico que vive no círculo das fake news são as mudanças climáticas. O embate entre cientistas, ativistas, o agronegócio e as petroleiras nublam o panorama para quem está de fora e impedem

uma melhor definição da realidade por fatos e medições.

"Esse fenômeno se mantém e afeta todas as áreas da vida humana. Incluindo aí os(as) aposentados(as), que dependem da medicina para terem uma vida melhor", comenta Sílvia Canabrava, coordenadora da Secretaria para Assuntos de Aposentados do Sinpro-DF.

Tanto é assim que a consultoria de segurança cibernética Trend Micro investigou o denominado mercado das *fake news* e publicou, recentemente, a pesquisa intitulada "The Fake News Machine" (A Máquina das Notícias Falsas), na qual destrincha a indústria da pós-verdade em todo o mundo.

Há muitos estudos e uma extensa produção de artigos e livros sobre o tema das *fake news* ligados à área de comunicação social. Artigos, como "Fake news preocupam 85% das empresas, revela pesquisa", publicado pela revista Época; "Jornalismo profissional é antídoto para notícia falsa e intolerância", da Folha de S. Paulo; Verdade x Mentira: A ameaça das fakenews nas eleições de 2018 no Brasil, de Flávio Porcello e Francielly Brites, publicado nos Cadernos Intercom; livros, como "A indústria das fake news e o discurso de ódio, de Renê Moraes da Costa Braga, entre outros".



Sílvia, diretora do Sinpro-DF, diz que notícias falsas também afetam negativamente a vida dos(as) aposentados(as)

Linguagem

Você conhece os mais novos dialetos e expressões linguísticas?

O público LGBT inova quando o assunto é bordões e gírias. Mas não é por acaso. É que a linguagem acompanha a evolução dos tempos, dos direitos humanos no mundo e, com isso, novas palavras surgem para adequar conceitos às novas realidades e formas de inter-relações sociais

Por Ribamar Martins

A cada dia que passa é notável perceber os processos de comunicação que estamos vivendo. Todos os dias os meios de comunicação bombardeiam a população com milhões de informações. Na Internet, por exemplo, há milhões de postagens, de ofertas de entretenimento há curto prazo, tudo na palma da mão, ou seja, num aparelho de telefone celular.

A praticidade torna-se aliada do tempo e, assim, abre espaço para o surgimento de novas expressões, neologismos, gírias etc., tudo para facilitar o ato de se comunicar. A nova era, denominada de Era da Informação também permite a criação de dialetos entre grupos e pessoas distintas.

Gíria ou calão é um fenômeno de linguagem considerada vulgar, gíria grosseira. Um modo de falar, um linguajar característico de certo grupo de pessoas. O termo “calão” tem origem na Espanha e surge da palavra “caló”, originária da língua dos ciganos.

Existe também o jargão. Nos dicionários, a expressão “jargão” é denominada de linguagem corrompida, viciada, que expressa conhecimento precário ou imperfeito de uma língua; linguagem alterada, como resultado da presença de palavras de outros idiomas e própria de um grupo profissional ou sociocultural, com vocabulário específico, difícil de ser entendida por quem não se iniciou na sua prática; e usada por um grupo mais ou menos fechado, com convenções próprias, justamente para não ser entendida por quem não pertence a esse grupo.

Diferentemente da gíria e do calão, o jargão carrega o conceito de uma fala hermética, de difícil compreensão, muitas vezes, formado por elementos de origens diversas. O fato é que as novas formas de comunicação ensejaram o surgimento de novas linguagens que, muitas vezes, como calão, gíria e jargão, são expressões usadas por uma classe de pessoas para indicar outras palavras da língua formal com o objetivo, por exemplo, de não se fazer entender pela maioria, de estabelecer uma comunicação “criptografada” para que a pessoa desconhecida, aquela não pertencente ao grupo, não a entenda. São usadas como uma forma de manter um segredo, de gerar um ato cômico, de criar um grupo com seu próprio dialeto ou até de instituir e caracterizar expressões usadas em uma profissão.

A gíria, geralmente, é empregada por jovens de diferentes classes sociais. Observa-se que seu uso cresce nos meios de comunicação de massa

que diariamente são publicadas reportagens que tratam, direta ou indiretamente, de temas relacionados a orientação sexual, identidade de gênero em todas as diferentes editorias de jornais.

Em 2008, a realização de uma conferência intitulada “I Conferência Brasileira LGBT”, convocada pela Presidência da República, contribuiu com o aumento de volume de informações sobre o mundo LGBT. Contudo, o noticiário da mídia conservadora, que deveria atuar no sentido de melhorar as relações humanas e criar uma cultura de paz, promovendo concepções que reduzem o nível de preconceito e de criminalização dos segmentos sociais historicamente discriminados, como segmento social LGBT, muitas vezes se exime de fazer esse papel.

Nem sempre as abordagens da mídia são corretas. É comum deparar-se com a utilização

e, hoje, é usada também pelos adultos. Com o número crescente de pessoas nas redes sociais, a proliferação de termos e expressões ligados à linguagem e seu uso constante tem sido cada vez maior:

Instagram, Facebook, Twitter, além de serem novas expressões são denominações recentes para novos espaços públicos de interlocução e relações sociais, bem como palco para a difusão de novos conhecimentos, incluindo aí, o campo da linguagem. Constituem-se também locais de propagação de todos os tipos de gírias nacionais e regionais de determinado lugar ou grupo.

Há alguns anos, pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGTB) também tem ocupado esses espaços e ganhando audiência na mídia brasileira. Quase

de termos, formas de tratamento e expressões que reforçam preconceitos, estigmas e discriminações. Por isso, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/ AIDS (Unaid) incentivou a publicação de materiais nas diferentes plataformas para criar uma nova percepção social e evitar preconceitos.

O artigo 5º da Constituição Federal estabelece que todos os(as) cidadãos(ãs) devem receber o mesmo tratamento e que a dignidade humana é um bem imensurável que deve ser protegida pelo Estado e garantido pela sociedade.

Com essa preocupação, a *Revista Sinpro Mulher* traz um miniglossário com novas expressões. Conheça, portanto, expressões, neologismos e até dialetos usados, frequentemente, em buscas na Internet e presente nas linguagens de hoje em dia.

GLOSSÁRIO

GÊNERO: Conceito formulado nos anos 1970 com profunda influência do movimento feminista. Foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é instituída pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrentes da anatomia de seus corpos.

ORIENTAÇÃO SEXUAL: Refere-se à capacidade

HETEROSSEXUAL: Indivíduo amorosamente, fisicamente e afetivamente atraído por pessoas do sexo oposto/gênero oposto. Heterossexuais não precisam, necessariamente, de terem tido experiências sexuais com pessoas do outro sexo/gênero para se identificarem como tal.

BISSEXUAL: É a pessoa que se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas de ambos os sexos/gêneros. Bi é uma forma reduzida de falar de pessoas bissexuais.

de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas. Basicamente, há três orientações sexuais preponderantes: pelo mesmo sexo/gênero (homossexualidade), pelo sexo oposto/gênero oposto (heterossexualidade) ou pelos dois sexos/gêneros (bissexualidade). Estudos demonstram que as características da orientação sexual variam de pessoa a pessoa.

HOMOSSEXUAL: O termo homossexual foi criado por um médico húngaro, Karoly Maria Kertbeny, em 1869. A partir de então, passou-se a designar como homossexuais as pessoas do mesmo sexo/gênero (homens e mulheres) que sentiam atração entre si. (In: Direitos Humanos e Contribuição à Cidadania Homossexual).

BISSEXUALIDADE: Termo utilizado para descrever a experiência bissexual em sentido amplo.

GLS: Sigla que popularizou como palavra por designar, em uma única sigla, não só os “gays” e “lésbicas”, mas também aqueles que, independentemente de orientação sexual ou identidade de gênero, são solidários, abertos e “simpatizantes” em relação à diversidade LGBT. GLS também é utilizado para descrever as atividades culturais e mercadológicas comuns a esse grupo de pessoas. A sigla GLS é excludente porque não identifica as pessoas bissexuais, travestis e transexuais. Dessa forma, não deve ser empregada como referência à esfera política das diversas vertentes dos movimentos LGBT.

INTERSEXUAL: É o termo geral adotado para se referir a uma variedade de condições (genéticas

e/ou somáticas) com que uma pessoa nasce apresentando uma anatomia reprodutiva e sexual que não se ajusta às definições típicas do feminino ou do masculino.

MONOGAMIA: É uma forma de relacionamento em que a pessoa tem apenas um(a) parceiro(a) durante a sua vida ou durante períodos, em comparação com a poligamia, poliandria, ou poliamor.

POLIGAMIA: É o casamento ou a união conjugal entre três ou mais pessoas. Os casos mais típicos são a poliginia, em que um homem é casado com várias mulheres; e a poliandria, em que uma mulher vive casada com vários homens.

Não deve se confundir com o amantismo, um tipo de relacionamento comum nas sociedades humanas, em que o laço com um(a) parceiro(a) sexual, para além do casamento, não é aceito pela lei. Trata-se de uma situação não aceita,

heterossexualidade ou do binarismo de gênero.

CULTURA DO ESTUPRO: Essa expressão designa um contexto no qual o estupro é pervasivo (que se espalha por toda parte) e normalizado em razão das atitudes sociais sobre gênero e sexualidade. A sociologia da cultura do estupro é estudada na Academia por feministas, mas há uma discordância sobre o que define uma cultura do estupro e se determinadas sociedades preenchem os critérios para que possuam uma cultura de estupro.

MACHISMO: Conhecido também como chauvinismo masculino é o conceito que se baseia na supervalorização das características físicas e culturais associadas com o sexo masculino em detrimento daquelas associadas ao sexo feminino pela crença de que homens são superiores às mulheres.

SEXISMO: Ou discriminação de gênero é o preconceito ou discriminação baseada no

mas que existe e conta com certa convivência da sociedade, todavia, é uma relação disfarçada que não é de conhecimento público. A poligamia é permitida por algumas religiões e pela legislação de alguns países.

AMOR LIVRE: O termo amor livre tem sido utilizado desde o século XIX para descrever o movimento social que rejeita o casamento, despreza estereótipos e acredita no amor sem posse, sem controle ou sem nome.

NÃO BINÁRIO: Termo associado a pessoas cuja identidade ou expressão de gênero não se limita às categorias "masculino" ou "feminino".

QUEER: É um estrangeirismo e termo "guarda-chuva", proveniente do inglês, usado para designar pessoas que não seguem o modelo de

gênero ou sexo de uma pessoa. O sexismo pode afetar qualquer gênero, mas é, particularmente, documentado como afetando mulheres e meninas.

MISOGINIA: É o ódio, o desprezo ou o preconceito contra mulheres ou meninas. A misoginia pode se manifestar de várias maneiras, incluindo aí a exclusão social, a discriminação sexual, a hostilidade, o androcentrismo, o patriarcado, ideias de privilégio masculino, a depreciação das mulheres, a violência contra as mulheres e objetificação sexual.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: É um padrão de comportamento que envolve violência ou outro tipo de abuso por parte de uma pessoa contra outra num contexto doméstico, como no caso de um casamento ou união de fato, ou contra crianças ou idosos.

Sugestões de filmes, séries e livros

Por Ribamar Martins

FILMES E SÉRIES

As Sufragistas – A diretora Sarah Gavron retrata a Inglaterra do início do século XX, quando a primeira onda do movimento feminista lutava para conseguir seus direitos de voto e melhores condições de vida.

Coisa mais linda – Primeiro drama nacional de época produzido pela Netflix, que já está disponível mundialmente no serviço de streaming. Passado na década de 1950, o seriado relata o surgimento da bossa nova por meio da trajetória de quatro mulheres. Cada protagonista lida com um aspecto diferente da desigualdade de gênero.

Terra fria – Da diretora Niki Caro se baseou em uma história real para retratar Aimes, uma mulher que era espancada pelo marido e o abandona para procurar um emprego e sustentar sozinha seus dois filhos. Ela encontra trabalho numa mineradora de ferro.

Contos da Aia – Livro e Série – Sobre o fundamentalismo e as mulheres divididas entre férteis e não férteis a serviço de um regime militarizado e fundamentalista. É o universo no qual acontece a história de O Conto da Aia (The Handmaid's Tale, no título original), romance da escritora canadense Margaret Atwood lançado em 1985.

Mad Max – A estrada da fúria – a guerra por águas, úteros e petróleo, um filme sobre o futuro que tem tudo que ver com os dias de hoje.

Grandes olhos – Um pintor medíocre apropria-se do trabalho da esposa, baseado em fato real. Para pensar sobre a exploração do nosso trabalho.

A esposa – Concorreu ao Oscar de melhor atriz. O filme é sobre a apropriação indébita do trabalho das mulheres.

Nina Simone – A história da grande cantora negra que sofreu todas as formas de opressão no trabalho, na arte e na família.

A fonte das mulheres – Em um pequeno vilarejo, situado entre o norte da África e o Oriente Médio, as tradições islâmicas são seguidas à risca. Entre elas, a existência da mulher como procriadora é regra

básica, mas existe uma que faz com que elas sejam as responsáveis por buscar água em um local distante e de difícil acesso, restando aos homens matar o tempo bebendo e falando da vida.

A torre das donzelas – Documentário de Suzana Lira sobre mulheres presas no Presídio Tiradentes durante a ditadura militar no Brasil.

História oficial – Sobre o sequestro de crianças durante a ditadura Argentina – drama de uma professora de história.

Seu filho – O filme conta a história de Jaime Jiménez, médico e patriarca de uma família de comercial de margarina, que tem uma esposa “perfeita” e um casal de filhos também “perfeitos”. Tudo isso vem abaixo na noite em que o rapaz de 17 anos dá entrada no hospital em que Jaime trabalha, vítima de um violento espancamento que o deixa em estado vegetativo.

LIVROS

Quem tem medo do feminismo negro – Djamilia Ribeiro – sobre as mulheres negras e as lutas feministas.

Olhos d'água – Conceição Evaristo – Poemas.

Sejamos todos feministas – De Chimamanda Ngozi Adichie – Ela é um nome forte da luta pelo feminismo. Autora das obras “Americanah” e “Hibisco Roxo”, Chimamanda fez uma palestra, em 2002, no TEDxEuston, conferência anual com foco na África, e nos convidou a sermos como ela: todos feministas, independentemente de nosso gênero, de sermos mulheres ou homens.

Para educar crianças feministas – Um manifesto – De Chimamanda Ngozi Adichie – Nesta obra, Chimamanda N. Adichie trata do tema da igualdade de gêneros.

Feminismo para os 99% – De Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya, Nancy Fraser – Um livro-manifesto, uma provocação, um chamado à luta feminista anticapitalista, ecossocialista, antirracista, internacionalista. Uma obra a serviço da luta das mulheres que sofrem, diariamente, no corpo a barbárie que sustenta o capitalismo.



Manifestação no Dia Internacional da Mulher, em 8 de março de 2019



ANOS

SINPRO Filiado: CUT CNTE **DF**
SINDICATO DOS PROFESSORES
NO DISTRITO FEDERAL

